



EDITAL

CREDENCIAMENTO – N° 001/2026 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO – N° 405/2026

DATA DE ABERTURA – 13/05/2026

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, por intermédio da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público, aos interessados, que realizará o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO**, o credenciamento destina-se à complementação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, abrangendo serviços médicos generalistas e especializados, atendimentos ambulatoriais, consultas especializadas, plantões médicos, plantões de enfermagem e ações na Atenção Primária à Saúde, procedimentos e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como atividades de responsabilidade técnica médica, **conforme condições, quantidades, requisitos técnicos e forma de execução descritos no Termo de Referência (ANEXO I)**.

Tal Credenciamento está autorizado conforme consta nos autos do Processo Administrativo e obedecerá às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, **subordinando-se à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021**, às normas aplicáveis ao credenciamento, bem como às demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ELETRÔNICO)

DATA: a partir de **13/05/2026**, até o término de sua vigência, que será de **02 (dois) anos**, podendo ser prorrogado conforme interesse público e legislação aplicável.

LOCAL/MEIO: exclusivamente por meio eletrônico, no portal: **<https://www.licitanet.com.br/>**

SUPORTE/ESCLARECIMENTOS: pelo e-mail: **licitasantarita@gmail.com** e/ou telefone **(63) 99240-1216** (horário administrativo).

Os interessados poderão apresentar a documentação **a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento**, desde que atendidas integralmente as exigências previstas no item 5 deste Edital e no Termo de Referência (ANEXO I).

No período indicado acima, serão realizados os seguintes procedimentos:

1. Recebimento eletrônico da documentação de habilitação;
2. Análise e julgamento da habilitação, por ordem de protocolo/registro no sistema;
3. Divulgação do resultado;
4. Fase recursal;
5. Homologação;
6. Convocação para assinatura do instrumento contratual.



As decisões do Agente de Contratação/Comissão de Contratação serão comunicadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e, quando necessário, por e-mail oficial indicado pelo participante.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.**

1.2. A execução dos serviços está condicionada ao **credenciamento devidamente homologado**, ao **cadastro do credenciado** junto à Administração e, posteriormente, à **celebração do Instrumento Contratual**, observado o Termo de Referência (ANEXO I).

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O procedimento será realizado **exclusivamente em meio eletrônico**, por meio do portal **LICITANET** (<https://www.licitanet.com.br/>), com envio/registro de documentos conforme funcionalidades do sistema, sendo responsabilidade do interessado:

- possuir cadastro ativo na plataforma;
- anexar a documentação exigida nos campos apropriados;
- garantir legibilidade, completude e validade dos documentos enviados;
- acompanhar o andamento, comunicações e publicações dentro do sistema.

2.2. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentação:

- incompleta, ilegível, com rasuras que comprometam a confiabilidade;
- vencida, inválida ou incompatível com o exigido;
- em desacordo com os requisitos de habilitação e qualificação definidos neste Edital e no Termo de Referência.

2.3. O presente Edital tem por finalidade formar cadastro de prestadores habilitados para a execução dos serviços destina-se à capacidade assistencial da rede municipal de saúde, abrangendo serviços médicos generalistas e especializados, atendimentos ambulatoriais, consultas especializadas, plantões médicos, plantões de enfermagem e ações na Atenção Primária à Saúde, procedimentos e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como atividades de responsabilidade técnica médica, de acordo com demanda efetiva, sem garantia de contratação imediata de todos os credenciados.

2.4. A contratação decorrente deste credenciamento enquadra-se, em regra, como hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do **art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, quando:

- houver interesse da Administração em credenciar todos os que atendam aos requisitos;
- existir preço previamente definido (tabela/valor referencial) no Termo de Referência;
- não houver viabilidade de competição por seleção clássica, por se tratar de chamamento a todos os aptos, com condições uniformes.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento as pessoas físicas ou pessoas jurídicas do ramo



pertinente ao objeto deste Credenciamento que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

3.2. Os participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos.

3.3. É vedado participar do presente Credenciamento as empresas:

- a) Em processo de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos moldes do Art. 14, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Que pertençam a servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo procedimento de credenciamento;
- e) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste credenciamento;
- f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País.

3.4. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa participante. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente, com o consequente descredenciamento.

3.5. A participação neste procedimento de credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1. A documentação será apresentada exclusivamente no sistema LICITANET, anexada em formato digital (PDF preferencialmente), contendo:

- identificação do interessado;
- indicação clara do item/serviço ao qual pretende credenciar;
- anexação dos documentos na sequência lógica do item 5, evitando duplicidades.

4.2. Os documentos enviados devem observar:

- boa resolução e legibilidade;
- arquivos sem senha/bloqueio;
- validade dentro do prazo;
- correspondência do documento ao titular (CPF/CNPJ) cadastrado.



5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original digital (quando emitidos eletronicamente), ou por qualquer processo de cópia digitalizada, desde que legível e íntegra e/ou, documentos com verificação por QR Code/validador serão conferidos nos sites oficiais.

5.1.1. Na hipótese de documentos sem prazo expresso, recomenda-se emissão recente; a Administração poderá adotar regra de aceitabilidade conforme prática administrativa e segurança jurídica.

5.2. DA PESSOA FÍSICA

5.2.1. Para fins de participação neste procedimento de credenciamento, as pessoas físicas deverão apresentar as seguintes documentações:

- a) Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida;
- b) Diploma de graduação em curso superior compatível com a área de atuação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar;
- c) Registro ativo no Conselho Profissional competente, correspondente à profissão exercida, ou certidão expedida pelo respectivo conselho que comprove a regularidade do registro;
- d) Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional, emitida pelo Conselho de Classe competente, dentro do prazo de validade;
- e) Título de Especialização;
- f) Curriculum Vitae atualizado;
- g) Comprovante de endereço atualizado;
- h) Documento de inscrição no PIS, PASEP ou NIT, conforme o caso;
- i) Dados bancários de titularidade do profissional, para fins de pagamento;
- j) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades a serem desempenhadas;
- k) Certidão negativa de antecedentes éticos ou certidão negativa de processo ético-disciplinar, emitida pelo Conselho Profissional competente, quando exigida pela regulamentação da categoria.

5.2.2. DA PESSOA JURÍDICA

5.2.2.1. Para fins de participação neste procedimento de credenciamento, as pessoas jurídicas deverão apresentar as seguintes documentações:

- a). **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

i) Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

5.3. REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA (PESSOA JURÍDICA E FÍSICA)

5.3.1. Os interessados deverão apresentar a **documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA. **(Somente pessoa jurídica).**

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. **(Somente pessoa jurídica).**

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade. **(Somente pessoa jurídica).**



g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

h) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. **(Somente pessoa jurídica).**

5.3.1.1. Caso o prestador de serviços seja legalmente isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente de sua sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

5.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, conforme o caso consistirá em:

a) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;

5.5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os interessados deverão demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatíveis com o objeto do credenciamento, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, observado o disposto neste item.

5.5.2. O **Atestado de Capacidade Técnica**, deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado já executou ou executa serviços compatíveis com o objeto e com as vagas ou especialidades para as quais pretende se credenciar. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a) identificação do contratante emissor;
- b) descrição dos serviços efetivamente prestados;
- c) unidade de medida e quantitativos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- d) período de execução dos serviços.

5.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida a assinatura digital, desde que constem no documento telefone e/ou endereço eletrônico que possibilitem a verificação de sua autenticidade.

5.5.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover **diligências** para a comprovação da veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), inclusive mediante solicitação



de contratos, notas fiscais ou outros documentos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.

5.5.6. Constatada a inexistência, incompatibilidade ou insuficiência da execução dos serviços declarados, a documentação será encaminhada à Assessoria Jurídica para adoção das providências administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

5.5.7. A comprovação do **vínculo dos profissionais indicados com a pessoa jurídica** poderá ser realizada por qualquer dos seguintes meios, conforme o caso:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) Certidão ou registro emitido pelo Conselho Profissional competente;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo de compromisso firmado pelo profissional, declarando sua vinculação à execução dos serviços, em caso de credenciamento da empresa.

5.6. DAS DECLARAÇÕES (PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA)

5.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual o interessado assume integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de credenciamento. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à contratação, de que não foi declarado inidôneo, não se encontra impedido ou suspenso de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO, bem como de que se compromete a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos supervenientes que venham a alterar essa condição. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício, afirmando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma autônoma, sem geração de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

5.6.5. Declaração de disponibilidade para prestação dos serviços, afirmando possuir condições e disponibilidade para atender às demandas, escalas, cronogramas, regulações e convocações definidas pelo Fundo Municipal de Saúde. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

6. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O pagamento será realizado conforme os valores estabelecidos no Termo de Referência, podendo ocorrer de forma mensal, para itens com remuneração fixa vinculada à carga horária ou função, ou por produção, quando aplicável, como nos casos de ultrassonografia e plantões, mediante comprovação e ateste. A Nota Fiscal deverá ser apresentada com relatório detalhado das atividades ou produção, bem como frequência ou escala, quando



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO



necessário, além dos demais documentos exigidos, ficando o pagamento condicionado ao ateste do fiscal do contrato. Após o ateste e o cumprimento de todas as exigências contratuais, administrativas e legais, o pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

6.2. O valor a ser pago por período será de:

I - PROFISSIONAIS – SEMANAIS							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	HORAS SEMANAIS	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	ASSISTENTE SOCIAL	30h/semanal	12	01	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
02	MÊS	MÉDICO VETERINÁRIO	20h/semanal	12	01	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PROFISSIONAIS – SEMANAIS							R\$ 60.000,00

II - PLANTÕES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PLANTÕES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	PLANTÃO	MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL	12h ou 24h	12	02	12h: R\$ 1.274,81 24h: R\$ 2.465,30	R\$ 826.197,00
02	PLANTÃO	ENFERMEIRO (A)	12h ou 24h	12	02	12h: R\$ 351,12 24h: R\$ 702,24	R\$ 231.739,20
VALOR TOTAL PLANTÕES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 1.057.936,20

III - CONSULTAS (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CONSULTAS	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	MÉDICO CARDIOLOGISTA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 286,19	R\$ 51.514,20
02	MÊS	MÉDICO DERMATOLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 222,14	R\$ 26.656,80
03	MÊS	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	20 (consultas/mês)	12	01	R\$ 217,51	R\$ 52.202,40
04	MÊS	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	30 (consultas/mês)	12	01	R\$ 305,44	R\$ 109.958,40
05	MÊS	MÉDICO NEFROLOGISTA	05 (consultas/mês)	12	01	R\$ 219,92	R\$ 13.195,20
06	MÊS	MÉDICO NEUROLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 492,30	R\$ 59.076,00
07	MÊS	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 212,56	R\$ 25.507,20
08	MÊS	MÉDICO ORTOPEDISTA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 233,25	R\$ 41.985,00



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO



09	MÊS	MÉDICO OTORRINO	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 216,33	R\$ 25.959,60
10	MÊS	MÉDICO PEDIATRA	30 (consultas/mês)	12	01	R\$ 305,40	R\$ 109.944,00
11	MÊS	MÉDICO PSIQUIATRA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 301,62	R\$ 54.291,60
12	MÊS	MÉDICO UROLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 222,20	R\$ 26.664,00
13	MÊS	MÉDICO NEUROPEDIATRA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 473,45	R\$ 85.221,00
VALOR TOTAL DE CONSULTAS (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 682.175,40

IV - SESSÃO (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	SESSÕES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	FONOAUDIÓLOGO (A)	50	12	01	R\$ 236,00	R\$ 141.600,00
02	MÊS	PSICÓLOGO (A) INFANTIL ESPECIALISTA EM ABA	20	12	01	R\$ 137,50	R\$ 33.000,00
03	MÊS	TERAPEUTA OCUPACIONAL	50	12	01	R\$ 218,75	R\$ 131.250,00
VALOR TOTAL DE SESSÃO (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 305.850,00

V - EXAMES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	EXAMES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	ELETROCARDIOGRAMA	20	12	01	R\$ 106,83	R\$ 25.639,20
02	MÊS	RAIO-X COM 3 OU MAIS INCIDÊNCIAS	10	12	01	R\$ 137,31	R\$ 16.477,20
03	MÊS	RAIO-X SIMPLES	10	12	01	R\$ 71,05	R\$ 8.526,00
04	MÊS	TOMOGRAFIA COM CONTRASTE	10	12	01	R\$ 580,36	R\$ 69.643,20
05	MÊS	TOMOGRAFIA SEM CONTRASTE	10	12	01	R\$ 385,03	R\$ 46.203,60
06	MÊS	ULTRASSONOGRAFIA	50	12	01	R\$ 172,20	R\$ 103.320,00
07	MÊS	ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER	10	12	01	R\$ 220,17	R\$ 26.420,40
VALOR TOTAL DE EXAMES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 296.229,60

6.3. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, dentre as rubricas abaixo:

PROFISSIONAIS - SEMANAIS EXCETO VETERINÁRIO	FICHA
---	-------



Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	215
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	217
VETERINÁRIO			FICHA
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	241
PROFISSIONAIS PLANTONISTAS, ESPECIALISTAS, POR SESSÃO E EXAMES			FICHA
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	215
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	217

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1. A Comissão de Licitação, à medida que as documentações forem sendo protocolados terá um prazo de até 08 (oito) dias úteis, para realizar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo interessado, a qual visará ao atendimento das condições estabelecidas nos termos deste Edital e da legislação que disciplina a matéria;

7.1.1. A análise dos documentos e a classificação da empresa se dará por ordem de protocolo, desde que os interessados apresentem o Requerimento de Participação no Credenciamento (Anexo II), as declarações, bem como toda a documentação elencada neste Edital;

7.2. Será considerado habilitado o interessado que cumprir todas as exigências editalícias;

7.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete ao conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça o seu entendimento;

7.4. Será considerado inabilitado o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade(s) expirado(s);

7.5. Os interessados cujo credenciamento for indeferido poderá ingressar a qualquer momento com novos documentos, desde que corrigidos os motivos que deram causa a sua inabilitação;

7.6. A decisão que inabilitar o participante será publicada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, ou, ainda, por intermédio de Ofício ao interessado.

8. DOS RECURSOS

8.1. Das decisões do Agente de Contratações caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do resultado do julgamento da habilitação;



8.2. Havendo manifestação e motivação de interposição de recursos fica os demais participantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr, automaticamente, a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos Autos;

8.3. Os memoriais e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidos a Agente de Contratação no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com;

8.4. Interposto o recurso a Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

8.5. Havendo interposição de recurso, e não ocorrendo a reconsideração da Agente de Contratação, este instruirá os autos e os encaminhará à autoridade competente para conhecimento e decisão final;

8.6. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão abrirá vista de todo o processo aos interessados, facultada a extração de cópia, às expensas do solicitante;

8.7. Decorrido o prazo recursal, ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, será homologada pela Autoridade competente.

9. DO CONTRATO

9.1. O Credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Convocação para sua assinatura;

9.3. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento, sem prejuízo para o município de Santa Rita do Tocantins/TO;

9.4. O Contrato terá vigência de 01 (um) anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 02 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura.

9.5. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Não obstante o Credenciado ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Credenciante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do Gestor e Fiscal ora designados;



10.2. Para a fiscalização do contrato a ser firmado o Fundo Municipal de Saúde, designará por meio de ato formal um servidor.

10.3. No exercício da fiscalização dos serviços, caberá à Credenciante, por meio do Fiscal do contrato:

- a) Verificar a regularidade profissional do credenciado, mediante conferência da documentação exigida no edital e no termo contratual, especialmente quanto à habilitação e vinculação à execução dos serviços;
- b) Constatada irregularidade, poderá a Administração determinar correções em prazo razoável e, persistindo, adotar medidas administrativas e contratuais cabíveis;
- c) O fiscal comunicará ao gestor o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes;
- d) Atestar a execução dos serviços efetivamente prestados em cada período, observando o cumprimento integral das obrigações pactuadas, bem como registrar eventuais não conformidades ou serviços não executados, para fins de glosa, quando cabível;
- e) Comunicar formalmente ao credenciado o resultado da fiscalização e da avaliação técnica realizada, inclusive quanto a eventuais ajustes, correções ou complementações necessárias.

10.4. Constatada pela fiscalização a inobservância das determinações administrativas ou a execução irregular dos serviços contratados, a Credenciante poderá conceder prazo razoável para saneamento das inconformidades e, persistindo a irregularidade, determinar a suspensão da execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

10.5. O Fiscal do contrato deverá comunicar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o encerramento do período de execução ou da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas às providências administrativas necessárias à eventual renovação, prorrogação ou encerramento definitivo, nos termos do Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, inciso VII.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, as obrigações dos contratados estão elencadas no Termo de Referência (Anexo I) e no Instrumento Contratual, conforme Minuta de Contrato deste Edital.

12. DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. Ao processo de credenciamento aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. Ocorrerá o credenciamento a pedido do Credenciado, quando comprovar que está impossibilitada de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior ou por meio do Fundo Municipal de Saúde, quando houver descumprimento contratual;

12.3. O credenciado que desejar se credenciar deverá solicitar mediante aviso escrito ao Fundo Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



13.1 A inobservância, pelo Credenciado, de cláusula ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

13.1.1. Comete infração administrativa o prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.6. não manter o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

13.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

13.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

13.1.10. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento do credenciamento.

13.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.15. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.13 deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador de serviço, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.13 e 13.1.14.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.8. deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.9 a 13.1.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.1.16. A aplicação das sanções previstas neste edital de credenciamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.1.17. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



13.1.18. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.1.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.1.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.1.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.1. 22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

13.1.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.1.24. as peculiaridades do caso concreto;

13.1.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.1.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.1.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.1.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.1.30. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.1.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.32. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

14. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para entrega dos documentos, qualquer pessoa, poderá impugnar este ato convocatório, que deverá ser protocolada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com;



- 14.2.** Caberá à Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação ou pedido de esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis, contadas da sua Protocolização;
- 14.3.** Acolhida a impugnação, que implica em alteração do Edital, será designada nova data para entrega da documentação;
- 14.4.** Somente serão recebidas e conhecidas às impugnações interpostos por escrito e dentro dos respectivos prazos legais. As impugnações deverão ser dirigidas ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO;
- 14.5.** As dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, consultas ou pedidos de esclarecimentos acerca das informações porventura existentes, deverão ser enviados a Agente de Contratação, podendo ser feitos via e-mail: licitasantarita@gmail.com, de forma expressa, clara, concisa e objetiva, constando no corpo do texto do e-mail a identificação do solicitante que questiona as informações ou solicita esclarecimentos;
- 14.6.** Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, <https://santaritadotocantins.to.gov.br/>;
- 14.7.** A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes;
- 14.8.** O presente edital terá sua publicação realizada através do Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins/TO, <https://santaritadotocantins.to.gov.br/>;
- 14.9.** É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os interessados ao credenciamento;
- 14.10.** A Comissão de Licitação poderá, no interesse do município de Santa Rita do Tocantins/TO, relevar omissões puramente formais nos documentos exigidos para os credenciamentos apresentados, desde que não comprometam a lisura do processo;
- 14.11.** As multas e outras sanções somente poderão ser relevadas pelo município de Santa Rita do Tocantins/TO, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o credenciado;
- 14.12.** A administração reserva-se no direito de revogar total ou parcialmente o presente credenciamento, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo aos participantes o direito de indenização.
- 14.13.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação de acordo com o que reza a legislação afeta ao presente objeto;



14.14. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com.

15. DOS ANEXOS DO EDITAL

15.1. São partes integrantes deste Instrumento Convocatório os Anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

APÊNDICE I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo De Requerimento Para Participação No Credenciamento;

ANEXO III - Modelo De Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo, Suspensão Ou Inidoneidade;

ANEXO IV – Modelo De Declaração De Pleno Conhecimento Do Edital;

ANEXO V – Modelo De Declaração De Inexistência De Fato Impeditivo;

ANEXO VI – Modelo De Declaração De Inexistência De Vínculo Empregatício;

ANEXO VII – Modelo De Declaração De Disponibilidade Para Prestação Dos Serviços;

ANEXO VIII - Minuta Do Contrato.

Santa Rita do Tocantins/TO, 05 de maio de 2026.

Edvaldo Rocha Carvalho
Gestor do Fundo Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO

Responsável: Edvaldo Rocha Carvalho

Telefone: (63) 98425-0684

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.**

1.2. O credenciamento destina-se à complementação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, abrangendo serviços médicos generalistas e especializados, atendimentos ambulatoriais, consultas especializadas, plantões médicos, plantões de enfermagem e ações na Atenção Primária à Saúde, procedimentos e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como atividades de responsabilidade técnica médica, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

1.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação imediata, ficando a convocação dos credenciados condicionada à necessidade do serviço, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse público, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

2. JUSTIFICATIVA

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO é o órgão responsável pela gestão local do Sistema Único de Saúde - SUS, competindo-lhe planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar as ações e serviços de saúde em âmbito municipal, inclusive no que se refere à contratação de serviços complementares, nos termos da legislação vigente.

No processo de planejamento das ações assistenciais e de organização da Rede Municipal de Atenção à Saúde, verificou-se que o Município não dispõe de quantitativo suficiente de profissionais médicos para atender, de forma contínua, regular e integral, todas as demandas da população usuária do SUS, especialmente no que concerne à Atenção Primária à Saúde, às especialidades médicas, aos plantões médicos e aos serviços complementares de apoio diagnóstico e terapêutico.

Tal insuficiência decorre de fatores estruturais típicos de municípios de pequeno porte, tais como as dificuldades de provimento e fixação de profissionais médicos, em especial especialistas, a limitação da oferta regional, a elevada rotatividade desses profissionais e a inexistência de quadro permanente capaz de absorver toda a demanda assistencial existente.

Esse cenário impacta diretamente a organização dos serviços de saúde, podendo ocasionar aumento do tempo de espera, formação de demanda reprimida, sobrecarga das equipes existentes e risco de descontinuidade da assistência, em afronta aos princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde.



Diante desse contexto, o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos apresenta-se como instrumento administrativo adequado, legítimo e necessário para suprir, de forma complementar, as lacunas identificadas na rede municipal, viabilizando a ampliação da capacidade assistencial, a continuidade e a regularidade dos serviços, a redução de filas e tempos de espera, bem como o atendimento às necessidades identificadas em cada nível de atenção à saúde, com observância da eficiência administrativa e da supremacia do interesse público.

O modelo de credenciamento revela-se compatível com os princípios que regem a Administração Pública, notadamente a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, por permitir ampla participação de interessados, padronização de requisitos, isonomia de condições, transparência nos procedimentos e convocação dos credenciados conforme a necessidade do serviço.

A Constituição Federal de 1988 assegura a saúde como direito fundamental e impõe ao Poder Público o dever de garanti-la, conforme dispõe:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, podendo sua execução ser realizada diretamente ou por meio de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado segundo as diretrizes da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo as instituições privadas participar de forma complementar do SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito público ou convênio.

A Lei nº 8.080/1990, por sua vez, estabelece que a saúde é direito fundamental do ser humano e que o dever do Estado consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, definindo como objetivos do SUS a assistência por meio de ações integradas de promoção, proteção e recuperação da saúde, observados princípios como universalidade, integralidade, igualdade, descentralização e capacidade de resolução.



Nos termos do art. 18 da referida lei, compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar, avaliar e executar as ações e serviços de saúde, o que inclui a adoção de instrumentos administrativos que assegurem a efetividade, continuidade e regularidade da assistência prestada à população.

Dessa forma, o presente credenciamento justifica-se pela necessidade concreta de ampliar e complementar a força de trabalho médica do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, garantindo atendimento tempestivo, adequado e resolutivo aos usuários do SUS, reduzindo riscos à população e assegurando o cumprimento do dever constitucional do Estado na promoção do direito fundamental à saúde.

3. DA PLANILHA DE VAGAS, VALORES E CARGA HORÁRIA

3.1. A planilha abaixo define os serviços credenciáveis, unidade, vagas, carga horária/produção estimada, duração e valores de referência:

3.1.1. Excepcionalmente, e mediante justificativa fundamentada e autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Secretaria Municipal de Assistência Social, o número de procedimentos disponibilizados poderá ser ampliado em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicialmente previsto, em conformidade com o §2º do Art. 1º da Lei Municipal nº 572/2026.

ANEXO I - PROFISSIONAIS – SEMANAIS							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	HORAS SEMANAIS	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	ASSISTENTE SOCIAL	30h/semanal	12	01	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
02	MÊS	MÉDICO VETERINÁRIO	20h/semanal	12	01	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PROFISSIONAIS – SEMANAIS							R\$ 60.000,00

ANEXO II - PLANTÕES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PLANTÕES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	PLANTÃO	MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL	12h ou 24h	12	02	12h: R\$ 1.274,81 24h: R\$ 2.465,30	R\$ 826.197,00
02	PLANTÃO	ENFERMEIRO (A)	12h ou 24h	12	02	12h: R\$ 351,12 24h: R\$ 702,24	R\$ 231.739,20
VALOR TOTAL PLANTÕES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 1.057.936,20



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO



ANEXO III - CONSULTAS (DE ACORDO COM A DEMANDA)

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CONSULTAS	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	MÉDICO CARDIOLOGISTA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 286,19	R\$ 51.514,20
02	MÊS	MÉDICO DERMATOLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 222,14	R\$ 26.656,80
03	MÊS	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	20 (consultas/mês)	12	01	R\$ 217,51	R\$ 52.202,40
04	MÊS	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	30 (consultas/mês)	12	01	R\$ 305,44	R\$ 109.958,40
05	MÊS	MÉDICO NEFROLOGISTA	05 (consultas/mês)	12	01	R\$ 219,92	R\$ 13.195,20
06	MÊS	MÉDICO NEUROLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 492,30	R\$ 59.076,00
07	MÊS	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 212,56	R\$ 25.507,20
08	MÊS	MÉDICO ORTOPEDISTA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 233,25	R\$ 41.985,00
09	MÊS	MÉDICO OTORRINO	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 216,33	R\$ 25.959,60
10	MÊS	MÉDICO PEDIATRA	30 (consultas/mês)	12	01	R\$ 305,40	R\$ 109.944,00
11	MÊS	MÉDICO PSIQUIATRA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 301,62	R\$ 54.291,60
12	MÊS	MÉDICO UROLOGISTA	10 (consultas/mês)	12	01	R\$ 222,20	R\$ 26.664,00
13	MÊS	MÉDICO NEUROPEDIATRA	15 (consultas/mês)	12	01	R\$ 473,45	R\$ 85.221,00
VALOR TOTAL DE CONSULTAS (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 682.175,40

ANEXO IV - SESSÃO (DE ACORDO COM A DEMANDA)

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	SESSÕES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	FONOAUDIÓLOGO (A)	50	12	01	R\$ 236,00	R\$ 141.600,00
02	MÊS	PSICÓLOGO (A) INFANTIL ESPECIALISTA EM ABA	20	12	01	R\$ 137,50	R\$ 33.000,00
03	MÊS	TERAPEUTA OCUPACIONAL	50	12	01	R\$ 218,75	R\$ 131.250,00
VALOR TOTAL DE SESSÃO (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 305.850,00



ANEXO V - EXAMES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							
ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	EXAMES	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR	VALOR GLOBAL PELO PERÍODO/CONTRATO
01	MÊS	ELETRCARDIOGRAMA	20	12	01	R\$ 106,83	R\$ 25.639,20
02	MÊS	RAIO-X COM 3 OU MAIS INCIDÊNCIAS	10	12	01	R\$ 137,31	R\$ 16.477,20
03	MÊS	RAIO-X SIMPLES	10	12	01	R\$ 71,05	R\$ 8.526,00
04	MÊS	TOMOGRAFIA COM CONTRASTE	10	12	01	R\$ 580,36	R\$ 69.643,20
05	MÊS	TOMOGRAFIA SEM CONTRASTE	10	12	01	R\$ 385,03	R\$ 46.203,60
06	MÊS	ULTRASSONOGRAMA	50	12	01	R\$ 172,20	R\$ 103.320,00
07	MÊS	ULTRASSONOGRAMA COM DOPPLER	10	12	01	R\$ 220,17	R\$ 26.420,40
VALOR TOTAL DE EXAMES (DE ACORDO COM A DEMANDA)							R\$ 296.229,60

3.2. O valor total estimado para a execução dos serviços objeto deste credenciamento foi apurado com base:

- a) nos valores unitários e mensais previstos na planilha de vagas, valores e carga horária (item 3.1);
- b) a contratação de plantões médicos e enfermeiros será demanda, realizada mensalmente conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde, adotando-se, para fins de estimativa, a média mensal histórica de utilização dos serviços;
- c) na necessidade de manutenção contínua dos serviços médicos generalistas, especializados e de responsabilidade técnica, essenciais à regularidade da assistência à saúde no Município.

3.3. ESTIMATIVA GLOBAL DE VALORES DA CONTRATAÇÃO:

3.3.1. Contratação de profissionais com carga horária semanais conforme **Anexo I** do item 3.1, terá um custo mensal de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, resultando em um custo anual estimado de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

3.3.2. Contratação de profissionais plantonistas conforme **Anexo II** do item 3.1, estimativa anual baseada na demanda assistencial em 300 plantões de 12 horas e 180 plantões de 24 horas, totalizando o valor global estimado de **R\$ 1.057.936,20 (um milhão e cinquenta e sete mil e novecentos e trinta e seis reais e vinte centavos)**, para o período de 12 (doze) meses.

3.3.3. Contratação de médicos especialistas (diversas especialidades) para realização de consultas (de acordo com a demanda) conforme **Anexo III** do item 3.1, Cardiologista, Dermatologista, Endocrinologista, Ginecologista/Obstetra Nefrologista, Neurologista, Oftalmologista, Ortopedista, Otorrino, Pediatra, Psiquiatra, Urologista e Neuropediatra, terá um custo mensal estimado de **R\$ 56.847,95 (cinquenta e seis mil e oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos)**, resultando em um custo anual estimado de **R\$ 682.175,40 (seiscentos e oitenta e dois mil e cento e setenta e cinco reais e quarenta centavos)**, para o conjunto das 13 (treze) especialidades, configurando teto máximo de contratação.



3.3.4. Contratação de profissionais para atender por sessão (de acordo com a demanda) conforme **Anexo IV**, terá um custo anual estimado de **R\$ 305.850,00 (trezentos e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais)**, para o conjunto de 3 (três) profissionais.

3.3.5. Contratação de serviços para realização de exames (de acordo com a demanda) conforme **Anexo V**, tendo estimativa de quantidades elaborada com base na regulação municipal, considerando a média mensal de aproximadamente 120 (cento e vinte) exames, totalizando o valor global estimado de **R\$ 296.229,60 (duzentos e noventa e seis mil e duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)**, para o período de até 12 (doze) meses.

3.3.6. Valor global estimado da contratação:

Considerando todos os serviços descritos, a estimativa global máxima da contratação para o período de até 12 (doze) meses corresponde a **2.402.191,20 (dois milhões e quatrocentos e dois mil e cento e noventa e um reais e vinte centavos)**, constituindo parâmetro para fins de planejamento, previsão orçamentária e formalização do procedimento de contratação, sem caracterizar obrigatoriedade de execução integral dos quantitativos estimados.

3.4. Os valores praticados observarão a regulamentação municipal aplicável (Lei Ordinária Nº 572, de 09 de fevereiro de 2026), constando como referência no Edital e anexos. Tais valores estarão sob a supervisão e acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde, podendo ser alterados a qualquer momento, desde que haja alteração na Tabela SUS Nacional, aprovada em reunião ordinária pelo referido Conselho, conforme §3º do Art. 1º da Lei Municipal nº 572/2026.

3.5. Ressalta-se que os valores ora estimados não configuram obrigação de gasto, uma vez que a efetiva contratação e o pagamento dos serviços estarão condicionados à demanda real, à execução devidamente comprovada, à regulação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, bem como à disponibilidade orçamentária e financeira, em estrita observância ao interesse público.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços está condicionada ao credenciamento devidamente homologado e à posterior celebração do respectivo instrumento contratual.

4.2. O local de execução dos serviços será definido pela Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo a unidade de saúde municipal e demais locais de atendimento autorizados. Para os serviços de Atenção Básica à Saúde, a execução deverá ocorrer prioritariamente nas Unidades de Saúde do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, salvo em situações devidamente justificadas que não houver oferta desses serviços nessa localidade, em conformidade com o Art. 2º da Lei Municipal nº 572/2026. A execução deverá observar as normas sanitárias aplicáveis, protocolos assistenciais do SUS, regras de regulação municipal e orientações da SEMUS.

4.3. O credenciado deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até **05 (cinco) dias** após convocação e assinatura do instrumento, salvo quando a SEMUS estabelecer cronograma/escala específica, sob pena de rescisão e descredenciamento, conforme edital.

4.4. Todos os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM.



4.5. O atendimento será prestado exclusivamente aos usuários do SUS, sendo vedada qualquer cobrança, sob qualquer título, direta ou indireta, em estrita observância ao Art. 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 572/2026.

4.6. A Secretaria Municipal de Saúde coordenará o fluxo assistencial, regulação, agendamento, distribuição de demanda e escala, podendo readequar horários e locais conforme interesse público, respeitadas as condições contratuais.

4.7. O credenciado deverá:

- a)** garantir preenchimento, manutenção e atualização de prontuários, prescrições, evoluções e demais registros;
- b)** emitir relatórios detalhados e relatório consolidado mensal, conforme o caso;
- c)** observar protocolos e diretrizes clínicas e terapêuticas;
- d)** zelar pela segurança do paciente e pelo sigilo das informações.

4.8. Para os serviços remunerados por produção (ex.: ultrassonografia e plantões), o pagamento ficará condicionado à comprovação documental da execução (autorização, relatório, registros e ateste do fiscal).

4.9. Em caso de ausência/impedimento, o credenciado deverá providenciar substituto com qualificação equivalente, quando admitido pelo edital, arcando com os custos e responsabilidades, sem prejuízo da fiscalização e autorização prévia da Administração.

4.10. O credenciado deverá manter disponibilidade para esclarecimentos e fornecimento de informações sempre que solicitado pela Administração.

4.11. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (POR CATEGORIA)

4.11.1. SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL

I - Coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às ESF, estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de Caráter comunitário em conjunto com as ESF;

II - Discutir e refletir permanentemente com as ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades;

III - Atender as famílias de forma integral, em conjunto com as ESF, estimulando a reflexão sobre o conhecimento dessas famílias, como espaços de desenvolvimento individual e grupal, sua dinâmica e crises potenciais;

IV - Identificar no território, junto com as ESF, valores e normas culturais das famílias e da comunidade que possam contribuir para o processo de adoecimento;

Discutir e realizar visitas domiciliares com as ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde;

V - Possibilitar e compartilhar técnicas que identifiquem oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável na comunidade, ou de estratégias que propiciem o exercício da cidadania em sua plenitude, com as ESF e a comunidade;

VI - Identificar, articular e disponibilizar com as ESF uma rede de proteção social;

VII - Apoiar e desenvolver técnicas de educação e mobilização em saúde;

VIII - Desenvolver junto com os profissionais das ESF estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas;

IX - Estimular e acompanhar as ações de Controle Social em conjunto com as ESF;



X - Capacitar, orientar e organizar, junto com as ESF, o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e outros programas federais e estaduais de distribuição de renda;

XI - No âmbito do Serviço Social, identificar as necessidades e realizar as ações necessárias ao acesso à Oxigenioterapia;

XII - Executar outras tarefas correlatas ao cargo;

XIII - Participar de capacitações e treinamentos.

4.11.2. SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO

I - Executar trabalho de vigilância em saúde na área de controle de zoonoses, conforme exigências do conselho regional de medicina veterinária do Estado do Tocantins;

II - Atender às necessidades de toda a população que necessitar do sistema único de saúde municipal, bem como para o bom desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela secretaria municipal de saúde deste município;

III - Realizar os sacrifícios (eutanásia), dos animais soro positivos de leishmaniose visceral canina (calazar);

IV - Acompanhar os casos suspeitos de raiva canina e felina;

V - Notificar as autoridades sanitárias sobre as enfermidades zoonóticas ocorridas no município;

VI - Garantir a utilização de produtos com prazo de validade adequado;

VII - Fazer cumprir todas as normas de segurança e biossegurança dos funcionários;

VIII - Orientar nas desinfecções, limpeza dos equipamentos e do local de trabalho;

IX - Orientar os funcionários quanto à aplicação e cuidados de manejo com inseticidas, raticidas e outros produtos para evitar intoxicação.

4.11.3. SERVIÇOS DE MÉDICO PLANTONISTA

I - Realizar plantões médicos presenciais de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas, conforme escala, convocação e necessidade definida pela Secretaria Municipal de Saúde;

II - Prestar atendimento clínico e suporte assistencial compatível com a Atenção Primária à Saúde e com situações de urgência e emergência, observados os protocolos assistenciais do SUS e as normas vigentes;

III - Registrar a frequência do plantão para fins de controle assistencial e comprovação da execução dos serviços, bem como emitir relatório do plantão realizado, como condição para aferição e pagamento;

IV - O pagamento será efetuado por plantão efetivamente executado, conforme valores e condições estabelecidos no instrumento contratual, mediante comprovação da execução e ateste da fiscalização;

V - Na hipótese de a pessoa jurídica credenciada necessitar substituir, de forma eventual, qualquer profissional previamente indicado e qualificado no processo de credenciamento, deverá comunicar previamente a Secretaria Municipal de Saúde, especialmente nos casos em que o profissional originalmente escalado não puder comparecer para a execução do plantão na data prevista;

VI - A substituição somente será admitida mediante a apresentação, pela empresa credenciada, da documentação completa do profissional substituto, devendo ser comprovados, no mínimo:

a) certidão ou registro emitido pelo Conselho Profissional competente, comprovando a regularidade do exercício profissional;

b) diploma de graduação em curso superior compatível, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;

c) registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM;

d) título de especialista quando se tratar de plantão em especialidade médica;



e) documento que comprove o vínculo do profissional com a empresa credenciada, admitindo-se, para esse fim, contrato de prestação de serviços, contrato formal de trabalho ou declaração de vinculação firmada pelo profissional;

VII - A substituição do profissional não poderá implicar prejuízo à qualidade do atendimento, nem afastar a responsabilidade integral da empresa credenciada pela execução do serviço, permanecendo esta responsável técnica, administrativa e legalmente pelos serviços prestados.

4.11.4. SERVIÇOS DE ENFERMEIRO PLANTONISTA

I - Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

II - Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

III - Solicitar a realização de exames diagnósticos subsidiários (radiológicos, laboratoriais e eletro diagnósticos) ou efetuar e interpretar os resultados sempre que necessário;

IV - Realizar atividades de demanda espontânea/emergência e em clínica médica, pediatria, ginecológica e obstétrica, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

V - A escala será conforme o ganhador de cada item, devendo o vencedor cumprir os plantões dos dias descritos em cada item;

VI - Os servidores ficam responsáveis pelos plantões a que estiverem escalados mensalmente e por eventuais trocas, que somente poderão ser efetuadas mediante anuência prévia da chefia imediata a qual estiverem subordinados.

VII - É vedado ao servidor deixar de comparecer ao plantão no horário preestabelecido ou abandona-lo sem a presença de seu substituto, exceto na ocorrência de caso fortuito ou por motivo de força maior, com conhecimento e anuência da chefia imediata.

VIII - Na hipótese de motivo devidamente comprovado, que impossibilite o servidor a comparecer ao plantão, o comunicado deverá ser feito previamente ou em tempo hábil ao responsável pela unidade hospitalar, para que possa ser convocado um substituto.

IX - Qualquer indício de favorecimento, irregularidade ou fraude quanto ao cumprimento da quantidade de plantões, ensejará apuração disciplinar.

4.11.5. SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS - ATENDIMENTO AMBULATORIAL

I - Realizar atendimentos médicos especializados mediante agendamento prévio, condicionado à regulação e autorização da Central de Regulação Municipal;

II - Os atendimentos ocorrerão de forma periódica, com estimativa média de produção mensal, podendo variar conforme a demanda regulada, a disponibilidade orçamentária e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Solicitar exames complementares e realizar encaminhamentos para outros serviços da Rede de Atenção à Saúde, conforme avaliação clínica;

IV - Registrar integralmente os atendimentos em prontuário e emitir relatórios mensais e consolidados de produção, conforme exigências da gestão;

V - Para a prestação de serviços em especialidades médicas, será obrigatória a comprovação do respectivo Certificado de Qualificação.

4.11.6. SERVIÇOS DE EXAMES

I - Realizar exames de mediante solicitação médica, regulação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde;



II - Os exames serão conforme especificações técnicas e quantitativos definidos em planilha e anexos do Termo de Referência;

III - O pagamento será efetuado por exame efetivamente realizado, mediante apresentação de relatório contendo identificação do usuário, tipo de exame, data, unidade demandante, ateste da fiscalização e nota fiscal correspondente;

IV - A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Regulação Municipal, autorizará a execução dos serviços de, ficando a empresa condicionada à realização exclusiva da quantidade de procedimentos previamente autorizados pela Regulação;

V - O credenciado deverá garantir a qualidade técnica dos exames e o adequado registro/laudo, em conformidade com os protocolos clínicos e normativas vigentes.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado conforme valores estabelecidos na Planilha (item 3), observando:

- a) mensalmente, para itens com remuneração fixa mensal (carga horária/funcional);
- b) por produção, quando aplicável (ultrassonografia e plantões), mediante comprovação e ateste.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada de relatório detalhado das atividades/produção, frequência/escala (quando aplicável) e demais documentos exigidos, sendo o pagamento condicionado ao ateste do fiscal do contrato.

5.3. O pagamento será realizado no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados **a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato**, desde que atendidas todas as exigências contratuais, administrativas e legais.

5.4. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, dentre as rubricas abaixo:

PROFISSIONAIS - SEMANAIS EXCETO VETERINÁRIO			FICHA
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	215
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	217

VETERINÁRIO			FICHA
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	241

PROFISSIONAIS PLANTONISTAS, ESPECIALISTAS, POR SESSÃO E EXAMES			FICHA
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	215
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	217

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

6.1. O presente credenciamento terá vigência de **02 (dois) anos**, contados da sua publicação, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade,



mantidas as condições do edital, observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira.

6.2. O(s) instrumento(s) contratual(is) decorrente(s) do credenciamento terá(ão) vigência de **01 (um) ano** a partir de sua assinatura, admitidas prorrogações na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, quando cabíveis, mediante termo aditivo devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

6.3. O contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, com base nos motivos previstos no art. 137 e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observadas as abrangências e efeitos legais.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Todas as despesas referentes ao objeto, inclusive mão de obra, deslocamento, tributos, encargos previdenciários e demais custos necessários à execução, correrão por conta do credenciado, salvo quando o edital prever responsabilidade diversa.

7.2. Executar os serviços com esmero, observando a melhor técnica, protocolos do SUS e normas profissionais, responsabilizando-se por erros, falhas ou omissões.

7.3. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do serviço.

7.4. Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando informações e esclarecimentos solicitados.

7.5. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e regularidade exigidas no edital, inclusive atualização de certidões quando aplicável.

7.6. Permitir auditorias e avaliações de qualidade, regulação, controle e auditoria do SUS, quando aplicáveis.

7.7. Participar de capacitações e reuniões técnicas quando convocado pela SEMUS, quando relacionadas ao objeto.

7.8. Não efetuar cobrança aos usuários do SUS, sob pena de rescisão, sanções e descredenciamento, em estrita observância ao Art. 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 572/2026.

7.9. Emitir relatórios e relatórios consolidados de produção/atividades, como condição de faturamento

7.10. Proceder, nos casos de ausência ou impedimento na execução dos serviços contratados, à substituição do profissional responsável, mediante prévia autorização da Administração e disponibilização de outro profissional com qualificação técnica equivalente e regularidade em



CRM, arcando integralmente com todos os custos e responsabilidades decorrentes da substituição, sem qualquer ônus para a Administração.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. Coordenar e organizar a demanda, regulação, agendamento e distribuição de atendimentos, bem como comunicar alterações de fluxos.

8.2. Notificar por escrito irregularidades constatadas e oportunizar correção quando cabível.

8.3. Fornecer orientações técnicas e administrativas necessárias à adequada execução e integração do serviço na rede.

8.4. Efetuar pagamentos devidos, após comprovação de execução e ateste do fiscal.

9. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A fiscalização será exercida por gestor e fiscal designados por ato formal, competindo-lhes acompanhar, conferir relatórios, medir serviços executados, glosar serviços não comprovados e emitir atestes.

9.2. Constatada irregularidade, poderá a Administração determinar correções em prazo razoável e, persistindo, adotar medidas administrativas e contratuais cabíveis.

9.3. O fiscal comunicará ao gestor o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes.

10. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

10.1. Serão de inteira responsabilidade do credenciado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução, inclusive responsabilidade civil e penal por atos praticados no exercício profissional.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA)

11.1. As exigências de habilitação observarão integralmente o Edital, incluindo verificação de impedimentos e sanções (CEIS/CNEP), habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos técnicos/profissionais, inclusive CRM. Para pessoas físicas, será exigida a documentação prevista no Art. 8º da Lei Municipal nº 572 /2026 , a saber: Declaração de Compromisso de Prestação de Serviços, Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro no Conselho de Classe correspondente à sua profissão, diploma de graduação na área fim e título de especialista devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe (quando solicitado em Edital), Curriculum Vitae dos títulos, Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Comprovação de inscrição na Previdência Social e Alvará de localização fornecido pelo Município sede do estabelecimento onde será prestado o serviço contratado (caso houver).

11.2. O interessado deverá manter documentação atualizada e reapresentá-la quando solicitado pela Administração.



11.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração procederá à verificação do atendimento às condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeçam a contratação, por meio de consulta consolidada da pessoa jurídica junto ao Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União - TCU: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

11.3.1. Caso a Consulta de Situação do interessado indique a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação promoverá as diligências necessárias para apurar a eventual ocorrência de fraude ou tentativa de burla ao procedimento por parte da empresa interessada.

12. PESSOA JURÍDICA:

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



12.1.10. Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

12.2. HABILITAÇÃO (PESSOA FÍSICA)

12.2.1. Documento oficial de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física – CPF, podendo ambos ser substituídos pela Carteira Nacional de Habilitação – CNH, desde que válida;

12.2.2. Diploma de graduação em curso superior compatível com a área de atuação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou certidão de conclusão de curso acompanhada do respectivo histórico escolar;

12.2.3. Registro ativo no Conselho Profissional competente, correspondente à profissão exercida, ou certidão expedida pelo respectivo conselho que comprove a regularidade do registro;

12.2.4. Certidão de Regularidade ou Quitação Profissional, emitida pelo Conselho de Classe competente, dentro do prazo de validade;

12.2.5. Título de Especialização, quando se tratar de prestação de serviços em especialidade médica;

12.2.6. Curriculum Vitae atualizado;

12.2.7. Comprovante de endereço atualizado;

12.2.8. Documento de inscrição no PIS, PASEP ou NIT, conforme o caso;

12.2.9. Dados bancários de titularidade do profissional, para fins de pagamento;

12.2.10. Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Estadual e/ou pela Justiça Federal do domicílio do profissional, considerando a natureza sensível das atividades a serem desempenhadas nas unidades de saúde;

12.2.12. Certidão negativa de antecedentes éticos ou certidão negativa de processo ético-disciplinar, emitida pelo Conselho Profissional competente, quando exigida pela regulamentação da categoria.

12.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais



e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.3.8. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. **(Somente pessoa jurídica).**

12.3.9. Caso o prestador de serviços seja legalmente isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente de sua sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (PESSOA JURÍDICA)

12.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

12.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os interessados deverão demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatíveis com o objeto do credenciamento, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, observado o disposto neste item.

12.5.2. O **Atestado de Capacidade Técnica**, deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado já executou ou executa serviços compatíveis com o objeto e com as vagas ou especialidades para as quais pretende se credenciar. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a) identificação do contratante emissor;
- b) descrição dos serviços efetivamente prestados;
- c) unidade de medida e quantitativos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- d) período de execução dos serviços.



12.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida a assinatura digital, desde que constem no documento telefone e/ou endereço eletrônico que possibilitem a verificação de sua autenticidade.

12.5.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover diligências para a comprovação da veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), inclusive mediante solicitação de contratos, notas fiscais ou outros documentos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.

12.5.6. Constatada a inexistência, incompatibilidade ou insuficiência da execução dos serviços declarados, a documentação será encaminhada à Assessoria Jurídica para adoção das providências administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

12.5.7. Documentação individual obrigatória. Quando o credenciamento ocorrer por **pessoa jurídica**, e esta indicar profissionais para execução dos serviços, a empresa deverá apresentar, **para cada profissional indicado**, a documentação de qualificação técnica exigida para a função/especialidade pretendida, incluindo, no mínimo:

- a) diploma de graduação reconhecido pelo MEC;
- b) registro ativo no CRM;
- c) quando se tratar de especialidade médica, **título de especialista**.

12.5.8. Relação nominal e qualificação. A empresa deverá apresentar **declaração contendo a relação nominal dos profissionais** disponíveis para execução do objeto, indicando a respectiva **qualificação** e a(s) especialidade(s) para as quais serão disponibilizados.

12.5.8.1. Comprovação do vínculo com a empresa. A comprovação do vínculo dos profissionais indicados com a pessoa jurídica poderá ocorrer por qualquer dos seguintes meios, conforme o caso:

- a) CTPS;
- b) contrato social;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) termo de compromisso firmado pelo profissional, declarando sua vinculação à execução dos serviços, em caso de credenciamento da empresa.

12.6. DAS DECLARAÇÕES (PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA)

12.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual o interessado assume integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de credenciamento. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à contratação, de que não foi declarado inidôneo, não se encontra impedido ou suspenso de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO, bem como de que se compromete a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos supervenientes que venham a alterar essa condição. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**



12.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício, afirmando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma autônoma, sem geração de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, personalidade, habitualidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.5. Declaração de que não efetuará qualquer tipo de cobrança direta ou indireta aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, pelos serviços prestados no âmbito do credenciamento, sob qualquer pretexto. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.6. Declaração de ciência e compromisso de cumprimento das normas do Sistema Único de Saúde - SUS, bem como das disposições legais, regulamentos, protocolos assistenciais, códigos de ética profissional e resoluções do respectivo conselho de classe aplicáveis à prestação dos serviços. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.6.7. Declaração de disponibilidade para prestação dos serviços, afirmando possuir condições e disponibilidade para atender às demandas, escalas, cronogramas, regulações e convocações definidas pela Secretaria Municipal de Saúde. **(Pessoa física e pessoa jurídica).**

12.7. DA INABILITAÇÃO

12.7.1. Na falta de qualquer documento de habilitação, será considerado inabilitado.

13. CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

13.1. O critério para contratação observará a ordem de credenciamento, conforme data e hora do protocolo de documentação, respeitada a natureza do serviço, a necessidade administrativa, a disponibilidade de agenda e a regulação municipal.

13.2. A contratação ocorrerá quando o Fundo Municipal de Saúde necessitar do profissional/serviço, não havendo obrigatoriedade de contratação imediata.

13.3. O credenciamento não gera vínculo empregatício, tratando-se de prestação de serviços, sem subordinação típica, nos termos do instrumento convocatório e contratual.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, observadas as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, demais normas federais aplicáveis à matéria, especialmente a legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, e, **subsidiariamente**, pelos princípios gerais do Direito Administrativo e do Direito Público, bem como pelas cláusulas constantes deste Termo de Referência e do respectivo Edital de Credenciamento.

Santa Rita do Tocantins/TO, 30 de março de 2026.

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência



YASSER ABDEL KHALEQ ISMAIR PERES

Diretor de Compras

Matrícula nº 3353

Aprovo o presente Termo de Referência,

EDVALDO ROCHA CARVALHO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 191/2025



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Demandante: Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO

Responsável: Edvaldo Rocha Carvalho

Telefone: (63) 98425-0684

Objeto do estudo: Credenciamento de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos generalistas e especializados, em caráter complementar à rede Municipal do Sistema Único de Saúde - SUS, para atendimento aos usuários residentes no município de Santa Rita do Tocantins/TO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação decorre de necessidade pública essencial relacionada à garantia da continuidade e da integralidade das ações e serviços de saúde no âmbito do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, sob gestão do Fundo Municipal de Saúde.

Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurada mediante políticas sociais e econômicas que viabilizem o acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde. No âmbito municipal, compete à direção local do Sistema Único de Saúde – SUS planejar, organizar, controlar, avaliar e executar as ações e serviços de saúde, inclusive adotando instrumentos administrativos aptos a garantir a efetividade e a continuidade da assistência.

No processo de planejamento assistencial da rede municipal, constatou-se que a capacidade operacional atualmente instalada não é suficiente para assegurar, de forma contínua, regular e integral, a cobertura médica necessária às seguintes frentes assistenciais:

- Atenção Primária à Saúde;
- Especialidades médicas;
- Plantões médicos e de enfermagem;
- Serviços multiprofissionais (Assistência Social, Veterinária, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional);
- Serviços de apoio diagnósticos e terapêutico (Exames).

A insuficiência de cobertura médica verificada possui natureza estrutural e operacional. De um lado, há limitação quantitativa de profissionais disponíveis para absorver simultaneamente todas as demandas assistenciais do Município. De outro, observa-se limitação qualitativa relacionada à ausência ou insuficiência de determinadas especialidades médicas necessárias à resolutividade da rede local.

Tal cenário repercute diretamente na política pública de saúde municipal, gerando formação de demanda reprimida, aumento do tempo de espera para consultas especializadas e exames, sobrecarga das equipes existentes e risco de descontinuidade de plantões e serviços essenciais, além de potencial incremento de judicialização da saúde.

Em serviços de natureza essencial, como os de saúde, a descontinuidade não representa apenas falha administrativa, mas risco concreto à integridade física e à dignidade dos usuários do SUS, além de possível responsabilização institucional por omissão assistencial.



Sob a perspectiva do interesse público, o problema a ser resolvido consiste na insuficiência da capacidade assistencial instalada para garantir atendimento médico contínuo, resolutivo e compatível com a demanda real da população. A Administração Municipal deve, portanto, estruturar solução juridicamente adequada que permita ampliar a cobertura médica, reduzir riscos assistenciais e assegurar a efetividade das ações de saúde, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de adoção de medida administrativa apta a complementar a capacidade operacional da rede municipal, garantindo oferta adequada de serviços médicos generalistas e especializados, inclusive em regime de plantão e em frentes assistenciais específicas, preservando o interesse público primário na manutenção da política pública de saúde.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO (Art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo, orçamentário e assistencial do Município de Santa Rita do Tocantins, estando compatível com as diretrizes estabelecidas para a manutenção e continuidade das ações e serviços públicos de saúde executados pelo Fundo Municipal de Saúde.

O Plano de Contratações Anual (PCA) do Município encontra-se formalmente instituído e contempla, dentro das ações vinculadas à política pública municipal de saúde, a necessidade de manutenção e ampliação da assistência complementar especializada, incluindo serviços médicos, plantões, atendimentos multiprofissionais, exames e demais atividades correlatas necessárias ao funcionamento regular da rede municipal do Sistema Único de Saúde – SUS.

A demanda ora analisada não constitui contratação extraordinária ou inovação administrativa isolada, mas sim continuidade de política pública já executada pelo Município nos exercícios anteriores, especialmente diante da necessidade permanente de complementação da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, em razão das limitações estruturais de provimento e fixação de profissionais especializados no âmbito local.

A execução da assistência médica complementar encontra respaldo nas seguintes normas municipais:

- Lei Municipal nº 572/2026, que institui a ‘tabela SUS/Municipal 2026’ e regulamenta o credenciamento de profissionais e laboratórios na área da saúde;
- Leis orçamentárias vigentes (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), que consignam dotações específicas destinadas à manutenção e ampliação das ações e serviços públicos de saúde.

As dotações orçamentárias vinculadas às ações da Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada e demais frentes assistenciais contemplam despesas com serviços médicos complementares, demonstrando que a contratação está compatível com o planejamento financeiro do Município e com a programação anual de gastos do Fundo Municipal de Saúde.



Ressalte-se que a saúde pública constitui política de execução continuada, não se tratando de contratação eventual ou episódica, mas de instrumento de viabilização da atividade-fim da Administração. Assim, mesmo com o PCA em construção, a presente contratação encontra-se:

- prevista nas leis orçamentárias vigentes;
- alinhada às metas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde;
- integrada ao planejamento setorial já em execução;
- compatível com a programação financeira do exercício.

Sob a ótica do controle externo, a contratação demonstra coerência entre necessidade assistencial, previsão orçamentária e histórico de execução administrativa, afastando risco de improvisação ou desvio de planejamento.

Dessa forma, conclui-se que a demanda se encontra devidamente alinhada ao planejamento da Administração Municipal, tanto sob o aspecto orçamentário quanto sob o aspecto da política pública de saúde, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

A definição dos requisitos da contratação constitui etapa essencial do planejamento, pois delimita as condições mínimas necessárias para que a solução adotada atenda ao interesse público com segurança jurídica, eficiência operacional e qualidade assistencial.

Considerando a natureza do objeto como prestação complementar de serviços médicos no âmbito do SUS municipal, os requisitos devem observar parâmetros técnicos, legais, operacionais e de controle compatíveis com a criticidade e essencialidade do serviço de saúde.

3.1. Requisitos Técnicos Profissionais:

1. Habilitação profissional obrigatória:

Todos os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente inscritos e com registro ativo no respectivo Conselho Profissional (CRM, CRESS, CRMV, CRP, CFFa, CREFITO, COREN), conforme a área de atuação.

2. Especialidades médicas:

Nos casos de serviços especializados, será exigida comprovação de qualificação específica mediante apresentação de certificados de especialidade.

3. Regularidade ética e Criminal:

Apresentação de certidões de antecedentes criminais e certidão de ética profissional, conforme exigido no Edital e na legislação aplicável.

4. Vinculação formal à pessoa jurídica contratada (quando aplicável):

A execução deverá ocorrer por profissional que mantenha vínculo formal com a pessoa jurídica contratada, garantindo responsabilidade técnica e contratual clara. Para pessoas físicas, a prestação de serviços será autônoma, ambas, sem vínculo empregatício com o Município.

3.2. Requisitos Operacionais:

1. Execução conforme demanda e regulação municipal:



Os serviços deverão ser executados conforme escala, convocação ou regulação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando os fluxos internos de agendamento e distribuição de demanda.

2. Cumprimento de carga horária e regime de plantão:

Nos casos de plantões e cargas horárias semanais/mensais, deverá haver cumprimento integral do período contratado, com presença física obrigatória quando exigida.

3. Execução nas unidades designadas:

A prestação deverá ocorrer nas unidades de saúde municipais ou nos locais previamente definidos pela Administração. Para os serviços de Atenção Básica à Saúde, a execução deverá ocorrer prioritariamente nas Unidades de Saúde do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, salvo em situações devidamente justificadas que não houver oferta desses serviços nessa localidade, em conformidade com o Art. 2º da Lei Municipal nº 572/2026.

4. Substituição condicionada:

Eventual substituição de profissional somente poderá ocorrer mediante comunicação prévia e autorização da Administração, exigindo-se comprovação de qualificação equivalente.

3.3. Requisitos Assistenciais e de Qualidade:

1. Observância aos protocolos do SUS:

A execução deverá observar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, normas sanitárias e fluxos assistenciais definidos pelo SUS e pela Secretaria Municipal de Saúde.

2. Registro e rastreabilidade:

Todos os atendimentos deverão ser devidamente registrados em prontuário, com emissão de relatórios quando exigido, garantindo rastreabilidade da execução.

3. Sigilo e proteção de dados:

Deverá ser assegurada confidencialidade das informações clínicas e observância à legislação aplicável à proteção de dados pessoais e sigilo médico.

4. Vedação de cobrança ao usuário:

É expressamente vedada qualquer cobrança direta ou indireta aos usuários do SUS, sob pena de sanções administrativas e contratuais, conforme Art. 6º, V da Lei Municipal nº 572/2026.

3.4. Requisitos de Medição e Pagamento:

1. Comprovação documental obrigatória:

O pagamento deverá estar condicionado à comprovação da execução mediante relatório de plantão, produção, escala/convocação e ateste do fiscal do contrato, conforme Art. 1º, §1º da Lei Municipal nº 572/2026.

2. Controle por produção (quando aplicável):

Nos serviços remunerados por procedimento ou exame, será exigida comprovação por autorização prévia/regulação e registro assistencial correspondente.

3. Regularidade fiscal e contratual:

A pessoa jurídica/física deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no edital e no contrato.

3.5. Requisitos de Governança e Controle:

1. Designação formal de gestor e fiscal:

A Administração deverá designar formalmente gestor e fiscal para acompanhamento da execução, medição, glosas e eventual aplicação de sanções.



2. Mecanismos de auditoria e controle interno:

Recomenda-se a adoção de checklists de conferência, auditorias amostrais de prontuários e controle periódico da regularidade profissional.

3. Prevenção de riscos assistenciais:

A modelagem contratual deverá permitir substituição controlada e convocação por demanda, reduzindo risco de descontinuidade de serviços essenciais.

Os requisitos acima estabelecem padrão mínimo de qualidade, segurança jurídica e controle da execução, assegurando que a contratação atenda ao interesse público com eficiência, rastreabilidade e conformidade normativa.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, COM MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOCUMENTOS DE SUPORTE (Art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve apresentar estimativas de quantitativos acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, de modo a evidenciar a racionalidade da projeção e afastar tanto o subdimensionamento quanto a superestimativa da contratação.

A metodologia adotada para definição das quantidades no presente Estudo Técnico Preliminar baseou-se em critérios objetivos e verificáveis, estruturados a partir de:

1. Valores unitários e mensais previstos na planilha de vagas, valores e carga horária do Termo de Referência (item 3.1);
2. Estimativa de contratação de plantões médicos e enfermeiros baseada na demanda, utilizando a média mensal histórica de utilização dos serviços;
3. Necessidade de manutenção contínua dos serviços médicos generalistas, especializados e de responsabilidade técnica, essenciais à regularidade da assistência à saúde no Município.

Estimativa Global de Valores da Contratação (para até 12 meses):

Categoria de Serviço	Descrição	Valor Estimado (Anual)
Anexo I - Semanais	Assistente Social e Médico Veterinário	R\$: 60.000,00
Anexo II - Plantões	Médicos e Enfermeiros (12h/24h)	R\$: 1.057.936,20
Anexo III - Consultas	13 Especialidades Médicas	R\$: 682.175,40
Anexo IV - Sessões	Fono, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional	R\$: 305.850,00
Anexo V - Exames	Eletro, Raio-X, Tomografia, Ultra	R\$: 296.229,60

É importante ressaltar que os valores estimados não configuram obrigação de execução, uma vez que a efetiva contratação e o pagamento dos serviços estarão condicionados à demanda real, à execução devidamente comprovada, à regulação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, bem como à disponibilidade orçamentária e financeira, em estrita observância ao interesse público.



Conforme o Art. 1º, §2º da Lei Municipal nº 572/2026, excepcionalmente, com justificativas e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Secretaria Municipal de Assistência Social, o número de procedimentos disponibilizados poderá ser ampliado em até 25% (vinte e cinco por cento), devendo constar esta possibilidade nos editais e nos contratos firmados com os prestadores do serviço.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS **(Art. 18, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021)**

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas viáveis para solução do problema público descrito, avaliando, sob os aspectos técnico e econômico, qual modelo apresenta maior aderência ao interesse público, à continuidade do serviço e à eficiência administrativa.

Considerando a natureza do objeto como prestação complementar de serviços médicos no âmbito do SUS municipal, foram analisadas as seguintes alternativas:

5.1. Alternativa 1 – Execução Integral com Quadro Próprio Permanente:

Descrição

Consistiria na ampliação do quadro permanente de médicos, mediante provimento efetivo ou contratação temporária, de modo a absorver integralmente as demandas assistenciais atualmente atendidas de forma complementar.

Análise Técnica

Embora, em tese, a execução direta integral seja solução institucionalmente desejável, sua viabilidade encontra limitações práticas no contexto municipal, especialmente:

- Dificuldade de provimento e fixação de médicos especialistas em município de pequeno porte;
- Elevada rotatividade profissional;
- Ausência de candidatos interessados em vínculos estatutários para determinadas especialidades;
- Necessidade de cobertura simultânea de múltiplas frentes assistenciais (APS, plantões, especialidades, exames).

Além disso, o processo de criação/ampliação de cargos efetivos exige:

- Alteração legislativa;
- Previsão orçamentária permanente;
- Concurso público;
- Prazo incompatível com a necessidade imediata de continuidade assistencial.

Conclusão da Alternativa 1

A execução integral com quadro próprio não se mostra, no curto e médio prazo, solução suficiente ou operacionalmente viável para garantir cobertura médica plena e contínua, diante das limitações estruturais já demonstradas.



5.2. Alternativa 2 – Licitação Tradicional com Contratação de Único Prestador

Descrição

Realização de processo licitatório para contratação de uma única empresa responsável pela prestação de todos os serviços médicos complementares previstos.

Análise Técnica

Embora juridicamente possível, essa alternativa apresenta riscos relevantes:

- Concentração excessiva da execução em único prestador;
- Dependência operacional crítica (caso haja inadimplemento, rescisão ou incapacidade técnica);
- Dificuldade de cobertura simultânea de múltiplas especialidades e plantões variáveis;
- Redução da flexibilidade para atender picos de demanda;
- Maior risco de desassistência em caso de indisponibilidade.

Em serviços de saúde, que possuem natureza essencial e contínua, a concentração da execução pode comprometer a estabilidade da política pública.

Conclusão da Alternativa 2

Embora formalmente viável, o modelo de contratação concentrada não oferece o mesmo grau de segurança assistencial e flexibilidade operacional exigido pela realidade municipal.

5.3. Alternativa 3 – Credenciamento de Múltiplos Prestadores com Condições Padronizadas

Descrição

Instituição de procedimento que permita habilitação de múltiplas pessoas jurídicas aptas a prestar serviços médicos, mediante critérios uniformes de qualificação técnica, com convocação conforme necessidade e regulação municipal.

Análise Técnica

Esta alternativa apresenta as seguintes vantagens estruturais:

- Ampliação da base de prestadores disponíveis;
- Redução do risco de escala descoberta;
- Maior flexibilidade para convocação conforme demanda real;
- Possibilidade de cobertura simultânea de múltiplas especialidades;
- Menor dependência de único prestador;
- Maior estabilidade assistencial;
- Padronização de critérios técnicos e de medição;
- Pagamento vinculado à execução comprovada.

Do ponto de vista econômico, o modelo permite:

- Remuneração por demanda efetiva;
- Redução de custos indiretos decorrentes de judicialização ou encaminhamentos externos;
- Mitigação de contratações emergenciais;
- Melhor previsibilidade orçamentária.



5.4. Análise Comparativa Sintética

Critério	Quadro Próprio	Licitação Única	Credenciamento
Continuidade Assistencial	Baixa viabilidade imediata	Média	Alta
Flexibilidade de Demanda	Baixa	Média	Alta
Risco de Desassistência	Médio	Alto (dependência única)	Baixo
Cobertura de Especialidades	Limitada	Limitada	Ampliada
Tempo de Implementação	Elevado	Médio	Adequado
Adequação ao Contexto Municipal	Parcial	Parcial	Elevada

5.5. Conclusão do Levantamento de Mercado

Diante da natureza essencial e contínua do serviço, da variabilidade da demanda, da multiplicidade de especialidades envolvidas e das limitações estruturais do Município, conclui-se que a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico é aquela que permita a habilitação de múltiplos prestadores, com convocação conforme necessidade assistencial.

A solução analisada demonstra-se proporcional, razoável e compatível com a realidade municipal, reduzindo riscos operacionais e assegurando maior estabilidade à política pública de saúde.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VI, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, VI, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve conter a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, permitindo a aferição da viabilidade técnica e econômica da solução proposta.

No presente caso, os valores unitários aplicáveis encontram-se previamente fixados pela Lei Municipal nº 572/2026, que regulamenta o credenciamento de serviços de saúde no âmbito do Município de Santa Rita do Tocantins/TO.

Dessa forma, a Administração não está realizando pesquisa de preços para definição de remuneração, mas sim consolidando estimativa global com base:

- nos valores legalmente estabelecidos;
- nos quantitativos estimados no presente ETP;
- na série histórica de execução (2023–2025);
- na projeção de demanda assistencial para o novo ciclo contratual.

6.1. Critério de Formação da Estimativa Global

A estimativa do valor da contratação foi obtida a partir da aplicação dos valores unitários fixados na Lei Municipal nº 572/2026, sobre os quantitativos estimados no item anterior deste Estudo Técnico Preliminar.



A metodologia observou três categorias distintas de serviços:

I – Serviços com remuneração mensal vinculada à carga horária

Memória de cálculo:

Valor mensal fixado em lei \times número de vagas \times 12 meses.

Incluem-se nesta categoria:

- Especialidades com atuação periódica;

II – Serviços remunerados por produção regulada

Memória de cálculo:

Quantidade média mensal estimada \times valor unitário fixado em lei \times 12 meses.

Aplicável a:

- Ultrassonografia (Tipo I e Tipo II);
- Demais procedimentos vinculados à regulação.

A projeção considera média histórica de produção e eventual absorção de demanda reprimida.

III – Plantões Médicos (12h e 24h)

Memória de cálculo:

Quantidade anual estimada de plantões \times valor unitário fixado na Lei Municipal nº 572/2026.

Incluem-se:

- Plantões ordinários no Centro Municipal de Saúde;
- Plantões extraordinários e em eventos institucionais.

Ressalta-se que os plantões possuem natureza variável, dependendo de convocação formal da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Valor Global Máximo Estimado

Com base na aplicação dos valores unitários fixados na Lei Municipal nº 572/2026 aos quantitativos estimados neste ETP, o valor global máximo estimado para o período de 12 (doze) meses é de **R\$ 2.402.191,20 (dois milhões e quatrocentos e dois mil e cento e noventa e um reais e vinte centavos)**.

Este valor representa:

- Limite máximo estimativo para fins de planejamento orçamentário;
- Parâmetro de reserva de dotação;
- Instrumento de controle financeiro;
- Não obrigatoriedade de execução integral.

6.3. Natureza Jurídica da Estimativa

A estimativa possui caráter meramente projetivo e não gera:

- direito subjetivo à contratação integral;
- obrigação de consumo mínimo por parte da Administração;
- garantia de faturamento aos credenciados.

O pagamento ficará condicionado à:

- convocação formal;
- execução efetiva do serviço;



- comprovação documental;
- ateste da fiscalização;
- disponibilidade orçamentária e financeira.

6.4. Compatibilidade Orçamentária e Sustentabilidade Financeira

A despesa encontra-se compatível com:

- as Leis Orçamentárias vigentes;
- o planejamento anual da saúde;
- as dotações do Fundo Municipal de Saúde;
- a política pública já executada desde 2023.

A manutenção do modelo evita:

- contratação emergencial;
- judicialização excessiva;
- transferências intermunicipais desnecessárias;
- custos indiretos superiores ao custo direto da política estruturada.

6.5. Conclusão

A estimativa de valor está devidamente fundamentada na Lei Municipal nº 572/2026 e nos quantitativos projetados com base em série histórica e planejamento assistencial, atendendo integralmente ao art. 18, §1º, VI, da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, VII, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, VII, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve conter a descrição completa da solução pretendida, compreendendo sua modelagem operacional, estrutura de execução, forma de controle e demais exigências relacionadas à adequada prestação do serviço.

No presente caso, a solução consiste na instituição de procedimento administrativo de **credenciamento de pessoas jurídicas** para prestação complementar de serviços médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS municipal, com fundamento na legislação municipal específica e na Lei Federal nº 14.133/2021.

A modelagem foi estruturada para garantir:

- Continuidade assistencial;
- Flexibilidade operacional;
- Segurança jurídica;
- Controle administrativo;
- Rastreabilidade da execução;
- Sustentabilidade financeira.

7.1. Estrutura Jurídico-Administrativa da Solução

A solução será operacionalizada por meio de:

1. Instauração de processo administrativo formal;
2. Publicação de edital de credenciamento com regras uniformes;
3. Habilitação técnica e jurídica de pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas;



4. Celebração de instrumentos contratuais individuais;
5. Convocação conforme necessidade assistencial e disponibilidade orçamentária.

O credenciamento permitirá a formação de banco de prestadores aptos, observando critérios padronizados de qualificação técnica, regularidade fiscal e habilitação profissional.

7.2. Escopo Assistencial Abrangido

A solução contempla, de forma integrada e coordenada:

- Plantões médicos (12h e 24h);
- Especialidades médicas ambulatoriais;
- Serviços de apoio diagnóstico (ex.: ultrassonografia);

Essa modelagem integrada evita fragmentação contratual e reduz risco de desassistência por ausência de cobertura simultânea das diversas frentes assistenciais.

7.3. Forma de Execução

A execução observará as seguintes diretrizes:

- Convocação formal pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Organização de escala mensal de plantões e agendas;
- Atendimento exclusivo aos usuários do SUS;
- Vedação absoluta de cobrança direta ou indireta;
- Registro integral das atividades em prontuário;
- Emissão de relatórios de produção ou plantão;
- Fiscalização permanente pelo gestor e fiscal designados.

Nos serviços por produção, o pagamento dependerá de:

- Autorização prévia quando aplicável;
- Comprovação documental da execução;
- Ateste da fiscalização.

7.4. Exigências Técnicas e Profissionais

A solução exige que:

- Os serviços sejam prestados por profissionais com registro ativo no CRM, CRESS, CRMV, CRP, CFFa, CREFITO, COREN), conforme a área de atuação;
- As especialidades possuam Certificação de Qualificação de Especialista;
- Haja manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual;
- A eventual substituição de profissional seja previamente autorizada.

Essas exigências asseguram padrão mínimo de qualidade e conformidade técnica.

7.5. Sistema de Controle e Fiscalização

A solução prevê mecanismos formais de controle:

- Designação de gestor e fiscal do contrato;
- Controle de escala e convocação;
- Conferência de relatórios e produção;
- Possibilidade de glosa de serviços não comprovados;
- Verificação periódica da regularidade profissional;



- Aplicação de penalidades em caso de inadimplemento.

A rastreabilidade da execução é elemento essencial para conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e a contabilidade administrativa.

7.6. Sustentabilidade Operacional

A solução foi desenhada para:

- Evitar contratações emergenciais;
- Reduzir dependência de único prestador;
- Permitir ajuste dinâmico conforme variação de demanda;
- Garantir previsibilidade orçamentária;
- Manter a continuidade da política pública de saúde iniciada em 2023.

7.7. Conclusão

A solução proposta é estruturalmente adequada, tecnicamente consistente e administrativamente controlável, permitindo que o Município atenda sua obrigação constitucional de garantir acesso universal e integral às ações e serviços de saúde.

Trata-se de modelagem proporcional à realidade municipal, com mecanismos suficientes de governança, fiscalização e mitigação de riscos.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve apresentar justificativa técnica quanto ao parcelamento ou não da contratação, considerando aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional.

No presente caso, a modelagem adotada contempla **estruturação por categorias/itens de serviços médicos**, porém sob um único processo administrativo de credenciamento, o que exige análise sob duas perspectivas distintas:

1. Parcelamento material do objeto (divisão por especialidades/modalidades);
2. Parcelamento procedimental (divisão em múltiplos processos autônomos).

8.1. Parcelamento Material do Objeto

O objeto foi estruturado em categorias distintas de serviços médicos, tais como:

- Especialidades médicas ambulatoriais;
- Ultrassonografia;
- Plantões 12h e 24h;

Essa segmentação não configura fracionamento indevido, mas sim divisão técnica necessária, pois:

- As especialidades possuem naturezas assistenciais distintas;
- As formas de remuneração variam (mensal, por produção ou por plantão);
- Os requisitos técnicos diferem conforme a área médica;
- A execução é regulada por agendas específicas e fluxos próprios.

Assim, o parcelamento material é tecnicamente justificado para garantir:

- Precisão na medição e fiscalização;



- Adequação dos critérios de habilitação;
- Melhor gestão da convocação;
- Maior controle da execução.

8.2. Não Parcelamento Procedimental (Manutenção em Processo Único)

Embora o objeto esteja dividido por categorias, optou-se por **manter a contratação em um único procedimento de credenciamento**, pelas seguintes razões:

I – Natureza Integrada da Política Pública

Todos os serviços compõem a política municipal de assistência médica complementar ao SUS, possuindo interdependência operacional.

A fragmentação em múltiplos processos autônomos poderia:

- Aumentar custo administrativo;
- Gerar despadronização contratual;
- Criar insegurança na gestão das escalas;
- Dificultar controle global da política assistencial.

II – Eficiência Administrativa

A condução em processo único:

- Reduz retrabalho instrutório;
- Padroniza exigências técnicas;
- Centraliza fiscalização;
- Facilita gestão contratual.

Sob a ótica da economicidade administrativa, a centralização é mais racional.

III – Segurança Assistencial

A manutenção de procedimento único permite:

- Formação de banco amplo de prestadores;
- Convocação coordenada;
- Mitigação de risco de desassistência;
- Uniformização de regras de substituição e fiscalização.

IV – Compatibilidade com o Modelo de Credenciamento

O credenciamento pressupõe habilitação aberta de múltiplos interessados sob regras uniformes.

A divisão em múltiplos procedimentos poderia:

- Reduzir competitividade técnica;
- Limitar adesão;
- Comprometer a flexibilidade assistencial.

8.3. Conclusão

Conclui-se que:

- O parcelamento material do objeto é tecnicamente necessário e justificado;
- O não parcelamento procedimental é medida adequada à eficiência administrativa e à continuidade da política pública;
- A modelagem adotada preserva economicidade, controle e segurança assistencial;



- Não há fracionamento indevido de despesa, mas organização técnica do objeto.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, IX, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, IX, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve apresentar demonstrativo dos resultados pretendidos, especialmente quanto à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A contratação proposta não se limita à ampliação de oferta médica, mas constitui instrumento estruturante de consolidação da política pública de saúde municipal, com reflexos diretos na eficiência administrativa e na racionalidade da despesa pública.

9.1. Resultados Assistenciais Pretendidos

A solução busca assegurar:

1. Continuidade ininterrupta da assistência médica;
2. Ampliação da resolutividade da Atenção Primária;
3. Regularidade dos plantões hospitalares;
4. Redução do tempo médio de espera para consultas e exames;
5. Diminuição de encaminhamentos externos desnecessários;
6. Maior estabilidade da política pública de saúde implementada desde 2023.

Ao permitir convocação conforme necessidade regulada, o modelo aumenta a capacidade de resposta da Administração às variações de demanda.

9.2. Resultados Econômicos e de Economicidade

Sob o prisma da economicidade, a solução produz os seguintes efeitos:

I – Pagamento Vinculado à Execução Real

A remuneração ocorre apenas mediante:

- Convocação formal;
- Execução comprovada;
- Ateste da fiscalização.

Não há pagamento antecipado nem obrigação de consumo mínimo, o que reduz risco de despesa improdutiva.

II – Redução de Custos Indiretos

A não implementação da solução poderia gerar:

- Judicialização da saúde;
- Transferências intermunicipais;
- Contratações emergenciais com menor controle;
- Agravamento de quadros clínicos por demora no atendimento.

Esses fatores tendem a gerar custos superiores ao custo direto da contratação planejada.



III – Previsibilidade Orçamentária

A utilização de valores fixados em lei municipal:

- Elimina variação arbitrária de preços;
- Garante estabilidade remuneratória;
- Facilita planejamento financeiro;
- Reduz risco de sobrepreço.

9.3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A contratação complementar:

- Evita sobrecarga dos profissionais do quadro próprio;
- Permite redistribuição racional da carga assistencial;
- Amplia a capacidade técnica por meio de especialistas;
- Preserva a qualidade do atendimento.

A solução não substitui o quadro permanente, mas o complementa de forma proporcional e controlada.

9.4. Melhor Aproveitamento da Estrutura Física e Material

O Município já dispõe de:

- Unidades de saúde estruturadas;
- Equipamentos diagnósticos;
- Estrutura administrativa;
- Sistema de regulação municipal.

A contratação maximiza o uso dessa infraestrutura já existente, evitando subutilização da capacidade instalada.

9.5. Indicadores de Resultado Sugeridos

Para aferição objetiva dos resultados, poderão ser monitorados:

1. Percentual de cobertura integral das escalas de plantão;
2. Número de consultas/procedimentos realizados por especialidade;
3. Redução do tempo médio de espera regulada;
4. Índice de conformidade documental;
5. Redução de encaminhamentos externos;
6. Estabilidade da execução assistencial ao longo do exercício.

9.6. Conclusão

A solução proposta demonstra potencial concreto de:

- Aumentar eficiência assistencial;
- Reduzir riscos de descontinuidade;
- Garantir racionalidade da despesa pública;
- Melhorar aproveitamento dos recursos humanos e estruturais já disponíveis;
- Preservar a continuidade da política pública de saúde.

Conclui-se que a contratação atende plenamente ao art. 18, §1º, IX, da Lei nº 14.133/2021, sob perspectiva de eficiência, economicidade e interesse público.



10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, XI, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, XI, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve indicar as contratações correlatas e/ou interdependentes à solução proposta, a fim de evidenciar a compatibilidade sistêmica da contratação e evitar sobreposição indevida de objetos ou duplicidade de despesas.

A análise realizada demonstra que a presente contratação possui interdependência funcional com a estrutura assistencial já existente, mas não configura sobreposição contratual nem duplicidade de objeto.

10.1. Interdependência com a Estrutura Assistencial Municipal

A execução dos serviços médicos credenciados depende da existência e funcionamento das seguintes estruturas já implementadas pelo Município:

1. Unidades Básicas de Saúde (UBS/ESF);
2. Centro Municipal de Saúde;
3. Estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde;
4. Sistema municipal de regulação;
5. Equipamentos e insumos médicos já disponíveis.

A contratação não cria nova estrutura física, mas potencializa o uso da estrutura existente.

10.2. Interdependência com Serviços de Apoio

A execução adequada dos serviços médicos depende ainda de:

- Serviços de enfermagem;
- Serviços administrativos de agendamento;
- Serviços laboratoriais e de apoio diagnóstico;
- Sistemas de prontuário e registro assistencial;
- Controle contábil e financeiro.

Essas estruturas são permanentes e já integram a rede municipal de saúde.

10.3. Ausência de Sobreposição com Contratos Vigentes

A análise da situação contratual atual indica que:

- Não há contrato vigente que absorva integralmente o objeto ora proposto;
- Os serviços médicos complementares vêm sendo executados desde 2023 por meio de credenciamento;
- A nova contratação substitui e consolida o modelo anteriormente adotado, não gerando duplicidade de despesa.

Portanto, a contratação possui caráter de continuidade administrativa e reorganização formal da política pública.

10.4. Compatibilidade com Instrumentos Orçamentários

A despesa está compatível com:

- Leis Orçamentárias vigentes;



- Planejamento anual da saúde;
- Programação financeira do Fundo Municipal de Saúde;
- Política pública já implementada, regulamentada pela Lei Municipal nº 572/2026.

Não há criação de nova despesa estrutural permanente, mas manutenção de despesa já incorporada à política pública municipal.

10.5. Riscos de Interdependência

Não foram identificadas interdependências críticas que impeçam a execução do objeto.

A solução:

- Não depende de aquisição prévia de bens;
- Não exige alteração estrutural das unidades;
- Não condiciona sua viabilidade a contratação paralela obrigatória.

Trata-se de contratação complementar que opera dentro da estrutura existente.

10.6. Conclusão

Conclui-se que:

- A contratação possui interdependência funcional com a estrutura assistencial municipal;
- Não há sobreposição contratual;
- Não há fracionamento indevido;
- A solução é compatível com o planejamento orçamentário e assistencial vigente.

O requisito previsto no art. 18, §1º, XI, da Lei nº 14.133/2021 encontra-se integralmente atendido.

11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, §1º, XII, da Lei nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, cabe ao Estudo Técnico Preliminar indicar os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação e as respectivas medidas mitigadoras.

No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços médicos, atividade de natureza essencialmente intelectual e assistencial, não envolvendo obras, intervenções estruturais, processos industriais ou fornecimento de bens que possam gerar impactos ambientais relevantes.

Assim, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais diretos significativos, razão pela qual não se vislumbram medidas mitigadoras específicas além do cumprimento da legislação sanitária e ambiental já aplicável às atividades de saúde.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021)

Após análise técnica detalhada da necessidade pública, das alternativas de solução, da estimativa de quantitativos, da viabilidade econômica, das interdependências administrativas, dos impactos ambientais e das providências preparatórias, conclui-se que a contratação proposta é:

- **Necessária**, diante da insuficiência quantitativa e qualitativa do quadro próprio municipal;



- **Adequada**, considerando a natureza complementar da política pública de saúde;
- **Proporcional**, pois utiliza modelo compatível com a realidade estrutural do Município;
- **Viável técnica e economicamente**, conforme demonstrado nos itens anteriores;
- **Compatível com a legislação vigente**, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Municipal nº 572/2026.

À vista dos elementos técnicos e das justificativas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta se mostra tecnicamente adequada para atender à necessidade identificada, economicamente compatível com a realidade orçamentária da Administração, administrativamente exequível diante da estrutura existente e juridicamente amparada pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Assim, recomenda-se o regular prosseguimento do processo administrativo, com a consolidação do Termo de Referência, publicação do edital de credenciamento e posterior formalização dos instrumentos contratuais, observadas as exigências legais, orçamentárias e de controle pertinentes.

Santa Rita do Tocantins/TO, 18 de março de 2026.

Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar,

YASSER ABDEL KHALEQ ISMAIR PERES

Diretor de Compras
Matrícula nº 3353

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar,

EDVALDO ROCHA CARVALHO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 191/2025



ANEXO II
REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, com endereço à _____, para fins de participação no **Credenciamento para prestação de serviços médicos generalistas e especializados, em caráter complementar à rede municipal do Sistema Único De Saúde - SUS**, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Rita do Tocantins/TO, vem, respeitosamente, requerer seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços na área de:

- () **ASSISTENTE SOCIAL - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO VETERINÁRIO - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL PLANTÃO DE 12H OU 24H- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **ENFERMEIRO (A) PLANTÃO DE 12H OU 24H - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO CARDIOLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO DERMATOLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO NEFROLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO NEUROLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO OFTALMOLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO ORTOPEDISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO OTORRINO- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO PEDIATRA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO PSIQUIATRA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO UROLOGISTA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **MÉDICO NEUROPEDIATRA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **FONOAUDIÓLOGO (A) - (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **PSICÓLOGO (A) INFANTIL ESPECIALISTA EM ABA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **TERAPEUTA OCUPACIONAL- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **ELETROCARDIOGRAMA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **RAIO-X COM 3 OU MAIS INCIDÊNCIAS- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**
- () **RAIO-X SIMPLES- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).**



- () TOMOGRAFIA COM CONTRASTE- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).
- () TOMOGRAFIA SEM CONTRASTE- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).
- () ULTRASSONOGRAFIA- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).
- () ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER- (conforme Anexo I/Planilha de Vagas).

Declara, ainda, que **conhece e aceita integralmente** todas as condições estabelecidas no **Edital de Credenciamento nº 001/2026 – FMS** e seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, bem como a manter, durante todo o período de vigência do credenciamento e dos instrumentos dele decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, SUSPENSÃO OU INIDONEIDADE

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, com endereço à _____, para fins de participação no **Credenciamento para prestação de serviços**, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde no Município de Santa Rita do Tocantins/TO,

DECLARO, sob as penas da lei, que assumo inteira e exclusiva responsabilidade pela **veracidade, autenticidade e integridade de todas as informações, documentos e declarações** apresentados no processo de credenciamento, comprometendo-me a apresentar documentos verdadeiros, atualizados e compatíveis com as exigências do Edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas ou inexatas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no **processo de credenciamento promovido pelo Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO**,

DECLARO que tenho **pleno conhecimento** do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, bem como das normas legais que regem o procedimento, **aceitando integralmente todas as condições, exigências, obrigações e responsabilidades nele previstas**, comprometendo-me a cumpri-las fielmente, caso venha a ser credenciado(a).

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no processo de credenciamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO,

DECLARO, sob as penas da lei, que **não existe qualquer fato impeditivo à minha contratação**, não tendo sido declarado(a) inidôneo(a), nem estando impedido(a) ou suspenso(a) de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Rita do Tocantins/TO.

Declaro, ainda, que me comprometo a **comunicar imediatamente à Administração Pública** a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar a presente condição, durante todo o período de vigência do credenciamento e da eventual contratação.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no processo de credenciamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO,

DECLARO que a eventual prestação dos serviços técnicos de ocorrerá **de forma autônoma**, sem caracterização de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade, exclusividade ou qualquer outro elemento típico da relação de emprego, nos termos da legislação vigente.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação dos serviços ocorrerá **por demanda e por períodos específicos**, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

Eu, _____, (pessoa física/pessoa jurídica), inscrito(a) no CPF/CNPJ nº _____, para fins de participação no processo de credenciamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO,

DECLARO que possuo **plena disponibilidade técnica, operacional e de agenda** para atender às demandas relacionadas à prestação de serviços nos períodos, cronogramas, fluxos e convocações definidos pelo Fundo Municipal de Saúde.

Declaro, ainda, que me comprometo a atender às convocações administrativas dentro dos prazos estabelecidos, respeitando as diretrizes do Edital e do Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 – FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO
TOCANTINS/TO, e a empresa
_____, nas cláusulas abaixo
aduzidas,

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.230.123/0001-35, com sede na Avenida Tocantins, Nº 150, Centro, CEP: 77.565-000, Santa Rita do Tocantins/TO, representado neste ato por seu gestor o sr. **EDVALDO ROCHA CARVALHO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.116.894 SSP/TO e CPF nº 045.785.511-80, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: _____, estabelecida na _____ Neste ato representado pelo Sr. _____, residente e domiciliado na _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Art. 79, inciso I, no Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato decorre do procedimento de **credenciamento**, reconhecida a hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras do Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.**

2.2. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Termo de Referência;
- II – o Edital e seus anexos;
- III – a documentação de habilitação do credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os valores unitários/mensais aplicáveis aos serviços credenciados são aqueles **fixados na Lei Municipal nº 572/2026**, constituindo padrão remuneratório obrigatório para o presente



credenciamento, observado o enquadramento do serviço (mensal/carga horária, por produção, por plantão) e a descrição do item contratado.

3.2. Para fins de formalização deste instrumento, fica pactuado que o **VALOR CONTRATUAL GLOBAL MÁXIMO** do presente contrato é de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXX)**, correspondente ao limite financeiro de execução do objeto contratado durante a vigência, calculado com base:

- I – nos quantitativos estimados para o item/serviço específico, definidos no planejamento (ETP/TR) e/ou na programação assistencial da Secretaria Municipal de Saúde; e
- II – nos valores fixados na Lei Municipal nº 572/2026.

3.2.1. O valor previsto no item 3.2 possui natureza de **teto contratual**, servindo como parâmetro de controle, cobertura orçamentária e limite máximo de empenho, não constituindo obrigação de consumo mínimo pela Administração, nem gerando direito subjetivo da CONTRATADA/CREDENCIADA à execução integral do quantitativo estimado, ficando a execução condicionada à convocação/escala/regulação e à efetiva necessidade do serviço.

3.3. O pagamento será devido **somente pelo serviço efetivamente executado e comprovado**, conforme a modalidade:

- I – **carga horária mensal**: mediante comprovação de cumprimento de jornada/agenda e registros;
- II – **produção** (ex.: ultrassonografia): mediante autorização/regulação, registros assistenciais e relatório de produção;
- III – **plantões**: mediante comprovação de escala/convocação e relatório do plantão executado.

3.4. Para fins de medição e pagamento, a Nota Fiscal deverá ser apresentada com, no mínimo:

- I – **comprovação da escala/convocação/regulação**;
- II – **relatório do serviço/plantão/produção**, nos modelos adotados pelo CONTRATANTE;
- III – **registros e documentos exigidos** pela fiscalização (prontuários, listas, autorizações, evidências de execução);
- IV – **atesto do Fiscal do Contrato**.

3.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do ateste da documentação fiscal e comprobatória pelo Fiscal do Contrato, condicionado:

- I - à regularidade fiscal/trabalhista da CONTRATADA, e
- II - à observância dos fluxos administrativos e financeiros do CONTRATANTE.

3.6. Estão incluídos nos valores legais todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos, despesas operacionais, deslocamentos e quaisquer outros custos correlatos, não cabendo pleito de pagamento adicional, salvo hipóteses legalmente admitidas, formalmente justificadas e previamente autorizadas.

3.7. A Administração poderá glosar serviços não comprovados, executados fora das condições contratadas ou em desconformidade com protocolos, fluxos assistenciais, regulação e exigências documentais.



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, compatível com as ações e programas de Atenção Primária, Atenção Prisional, Média e Alta Complexidade e demais classificações correlatas, devendo constar do processo o(s) respectivo(s) empenho(s), conforme classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Dotação Orçamentária	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.0000.000000	Impostos não vinculados
Ficha	XXX	

4.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada a existente desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

4.3. A emissão de empenho observará a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as regras de execução e de medição previstas no Edital/Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 02 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura.

5.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

5.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A execução dos serviços está condicionada ao credenciamento, à celebração deste instrumento e à convocação/escala/regulação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS, observados os protocolos do SUS, normas sanitárias e diretrizes assistenciais municipais.

6.2. O local de execução será:

(I) nas unidades de saúde municipais e demais locais definidos pelo CONTRATANTE;



6.3. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá observar rigorosamente os requisitos de qualidade, segurança do paciente, ética médica, registros assistenciais e rastreabilidade, bem como as determinações operacionais da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, responsabilizando-se também pelo cumprimento das normas da vigilância sanitária, protocolos clínicos oficiais e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. É expressamente vedado:

- a) realizar atendimento fora das condições e locais autorizados quando isso comprometer regulação, rastreabilidade e controle;
- b) transferir direitos e obrigações contratuais sem autorização formal;
- c) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao usuário do SUS, inclusive taxa, complemento, material, “diferença”, condicionamento de atendimento ou vantagem;
- d) descumprir escalas, agendas e convocações, ou operar em regime de sobreaviso quando a obrigação for presença.

6.5. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução, bem como fatos que possam colocar em risco a segurança, a qualidade, a continuidade do serviço e o cumprimento das escalas/convocações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Arcar com todas as despesas necessárias à execução, inclusive mão de obra, deslocamento, tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e demais custos.

7.2. Executar os serviços com esmero, observando a melhor técnica, protocolos do SUS, normas sanitárias e regras profissionais, responsabilizando-se por erros, falhas, imperfeições, omissões e irregularidades.

7.3. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação, inclusive por negligência, imprudência ou imperícia, respondendo civil, administrativa e penalmente, quando cabível.

7.4. Submeter-se à fiscalização, ao controle, à regulação, à avaliação e à auditoria do SUS e do CONTRATANTE, prestando informações e esclarecimentos solicitados, apresentando documentação comprobatória sempre que requerido.

7.5. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista exigidas no Edital, com atualização de certidões quando aplicável.

7.6. Garantir que o(s) profissional(is) indicado(s) possua(m) inscrição ativa e regular no CRM, e/ou título de especialista, mantendo certidões/registros válidos durante a execução.

7.7. Garantir presença e cumprimento integral de carga horária/plantão/agendas conforme convocação e escala, sendo vedado sobreaviso quando exigida presença, bem como substituição não autorizada.



7.8. Registrar integralmente os atendimentos (prontuário, prescrições, solicitações, encaminhamentos e demais registros), garantindo rastreabilidade e segurança das informações, emitindo relatórios diários e relatório consolidado mensal para faturamento/medição.

7.9. Observar sigilo profissional e confidencialidade, cumprindo a legislação aplicável, inclusive **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**, adotando medidas de proteção às informações dos usuários.

7.10. Não efetuar cobrança aos usuários do SUS, sob pena de extinção contratual, sanções e descredenciamento, além das responsabilizações cabíveis.

7.11. Proceder, nos casos de ausência/impedimento, à substituição do profissional **somente mediante autorização prévia** do CONTRATANTE e apresentação completa da documentação do substituto (CRM e/ou título de especialista), permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável.

7.12. Aceitar e acatar atos normativos e instruções operacionais emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS inerentes à execução do serviço credenciado, inclusive capacitações quando necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. Organizar, gerenciar, regular e fiscalizar os serviços credenciados, definindo escalas, agendas, convocações e fluxos assistenciais.

8.2. Elaborar e divulgar, escalas mensais e agendas, assegurando organização e continuidade do serviço.

8.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços, inclusive quanto aos fluxos e protocolos de atendimento.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos após comprovação da execução e ateste do fiscal, observada a regularidade documental e fiscal.

8.5. Notificar a CONTRATADA/CREDENCIADA de irregularidades, estabelecendo prazo para saneamento quando cabível e adotando medidas administrativas/contratuais pertinentes.

8.6. Sempre que aplicável ao serviço, garantir a disponibilização da estrutura pública necessária (instalações, fluxos, insumos públicos sob gestão municipal, prontuários/sistemas), sem prejuízo das obrigações próprias da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117, caput, §1º, §2º e §3º, da Lei nº 14.133/2021, a execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados para este fim, competindo-lhes o acompanhamento sistemático da execução, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, a conferência de relatórios, a



medição dos serviços executados, a realização de eventuais glosas e a emissão dos respectivos atestes para fins de pagamento.

9.2. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei nº. 14.133/2021, o CONTRATANTE designa:

- **Sr(a): XXXXXXXXXXXXX**, Portaria Municipal nº XXXX/2026, como **Fiscal do Contrato**, responsável pelo acompanhamento técnico da execução, conferência da documentação comprobatória e emissão de atestes;
- **Sr(a): XXXXXXXXXXXXX**, Portaria Municipal nº XXXX/2026, como **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação administrativa do ajuste, controle de prazos, adoção de providências necessárias à boa execução contratual e interlocução formal com a CONTRATADA/CREDENCIADA.

9.3. A substituição do Fiscal ou do Gestor do Contrato poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante novo ato formal da autoridade competente, independentemente de celebração de termo aditivo, permanecendo válidos todos os atos regularmente praticados até a respectiva substituição.

9.4. Constatada irregularidade na execução contratual, o Fiscal comunicará formalmente ao Gestor do Contrato, podendo o CONTRATANTE determinar correções em prazo razoável e, persistindo a não conformidade, adotar as medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive aplicação de sanções e eventual extinção contratual, observado o devido processo legal.

9.5. O Fiscal deverá comunicar ao Gestor, com antecedência compatível, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes.

9.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades na execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

10.1. É vedada a cessão, transferência ou subcontratação total do objeto.

10.2. A substituição de profissional por impedimento/ausência não se confunde com subcontratação e somente será admitida na forma do Edital, mediante autorização prévia, com equivalência técnica e manutenção integral da responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA.

10.3. Qualquer hipótese excepcional de subcontratação parcial (se prevista no Edital) dependerá de autorização expressa do CONTRATANTE, vedada quando comprometer rastreabilidade, controle assistencial e responsabilidade técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES



11.1. Aplicam-se à CONTRATADA/CREDENCIADA as sanções previstas na **Lei nº. 14.133/2021** e no Edital, observados contraditório e ampla defesa, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, sem prejuízo de descredenciamento e responsabilizações cabíveis.

11.2. A dosimetria, hipóteses e percentuais de multa observarão o Edital e a regulamentação municipal aplicável, bem como a gravidade do fato, reiteração, danos e demais circunstâncias relevantes.

11.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O credenciado poderá solicitar descredenciamento mediante comunicação escrita ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, salvo hipótese de força maior devidamente comprovada.

12.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no **art. 137** e na forma do **art. 138** da Lei nº. 14.133/2021, bem como nas hipóteses do Edital, assegurados contraditório e ampla defesa quando cabível, sem prejuízo de medidas imediatas em caso de risco assistencial e necessidade de continuidade do serviço essencial.

12.3. Constituem, entre outras, hipóteses relevantes para extinção/descredenciamento: cobrança ao usuário do SUS; descumprimento de escala/plantão; execução sem comprovação; irregularidade profissional (CRM e/ou título de especialista); perda de habilitação; conduta incompatível com o serviço público e com a ética médica; e reiteradas não conformidades.

12.4. Nos contratos de plantão por demanda, a extinção contratual não prejudicará a conclusão da fase de liquidação e pagamento dos serviços regularmente executados e atestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS, TRIBUTOS E RESPONSABILIDADES

13.1. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA/CREDENCIADA os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, inexistindo vínculo empregatício entre o Município e o(s) profissional(is) indicado(s).

13.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA responde por danos materiais e pessoais causados a usuários, à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação, obrigando-se a ressarcir prejuízos quando caracterizada culpa ou dolo, sem prejuízo de outras responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS E CONDUTA ÉTICA

14.1. A CONTRATADA/CREDENCIADA deverá assegurar sigilo profissional e confidencialidade das informações dos pacientes, observando a legislação aplicável e a **LGPD**, responsabilizando-se por eventuais vazamentos, acessos indevidos ou usos inadequados de dados, quando imputáveis à sua conduta.



14.2. O atendimento deverá observar ética, urbanidade e impessoalidade, vedadas condutas discriminatórias e quaisquer práticas que atentem contra os princípios do SUS e do serviço público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Consideram-se parte integrante deste contrato, além do Edital e anexos, as instruções e atos normativos emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS que regulamentem a execução, o controle, a regulação, a auditoria e a organização do atendimento, desde que não alterem o núcleo do objeto e respeitem o regime legal do credenciamento.

15.2. A CONTRATADA/CREDENCIADA manterá preposto/representante para tratativas operacionais, responsabilizando-se por comunicações e cumprimento de determinações formais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir controvérsias decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Santa Rita do Tocantins/TO, ____ de _____ de ____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Fundo Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Responsável Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



AVISO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2026 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins/TO, torna público aos interessados que, a partir do dia **13/05/2026**, estará aberto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GENERALISTAS E ESPECIALIZADOS, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO.**

O Credenciamento Público acontecerá através da plataforma virtual: <https://licitanet.com.br>. A cópia do Edital na íntegra poderá ser solicitado pelo e-mail: licitasantarita@gmail.com, e/ou no sítio eletrônico: <https://santaritadotocantins.to.gov.br/>.

Santa Rita do Tocantins/TO, 05 de maio de 2026.

EDVALDO ROCHA CARVALHO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde